



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS
COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES E PATRIMÔNIO**



PREGÃO ELETRÔNICO nº 90011/2024

OBJETO

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças, de aparelhos condicionadores de ar, cortinas de ar e bebedouros de água instalados no Edifício Sede do TRE-PI.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 1.360.099,55

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 22/03/2024 às 09h00 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

MENOR PREÇO

MODO DE DISPUTA:

ABERTO

EXCLUSIVA ME/EPP/EQUIPARADAS:

NÃO

ALERTA

Senhoras e Senhores licitantes,

O Colendo Tribunal de Contas da União determina que a Administração Pública instaure processo com vistas à penalização das empresas que pratiquem, injustificadamente, crimes em licitações e contratos administrativos.

Nesse contexto, RECOMENDA-SE que o licitante analise detalhadamente o edital (e anexos) antes de formular sua respectiva proposta/lance.

A prática injustificada de atos tais como: não manter a proposta (ex. desistência, solicitação de troca de marca, não envio de amostra, planilha, laudos) e deixar de enviar documentação exigida (ex. documentos de habilitação), sem prejuízo de outras infrações cometidas na licitação/contratação, sujeitará o licitante a penalidades, apuradas em regular processo administrativo, assegurado o contraditório a ampla defesa.

SUMÁRIO

1.	DO OBJETO	4
2.	DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO	4
3.	DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO	6
4.	DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	6
5.	DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	7
6.	DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES	8
7.	DA FASE DE JULGAMENTO	11
8.	DA FASE DE HABILITAÇÃO	13
9.	DOS RECURSOS	16
10.	DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES	16
11.	DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	19
12.	DA CONTRATAÇÃO	19
13.	DAS DISPOSIÇÕES GERAIS	20
14.	ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA	21
15.	ANEXO II – MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS	96
16.	ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO	97
17.	DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA E VERACIDADE	104

Processo Administrativo Eletrônico nº 0013039-13.2023.6.18.8000

Torna-se público que o Tribunal Regional Eleitoral do Piauí (UASG 070006), por meio da Coordenadoria de Contratações e Patrimônio, sediado à Praça Des. Edgar Nogueira, S/N – Centro Cívico, bairro Cabral, em Teresina – Piauí, CEP 64000-920, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

1. DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a contratação dos serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças de aparelhos condicionadores de ar, cortina de ar e bebedouros de água instalados no Edifício Sede do TRE-PI, assim como a elaboração, implantação, execução e acompanhamento do PMOC – Plano de Manutenção, Operação e Controle, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.2. A licitação será composta de apenas um item, conforme planilhas constantes do Termo de Referência nº 22/2024.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do TRE-PI por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5. Será concedido tratamento favorecido para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006 e do Decreto n.º 8.538, de 2015.

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seus anexos;

2.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.5. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do TRE-PI ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.6. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.7. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.8. agente público do TRE-PI;

2.6.9. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.10. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do TRE-PI, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.2 e 2.6.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do TRE-PI.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.2 e 2.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. A vedação de que trata o subitem 2.6.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

3.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

3.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado no ComprasNet e na Transparência do TRE-PI em www.tre-pi.jus.br no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

3.3. A impugnação e os pedidos de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, encaminhados para cpl@tre-pi.jus.br.

3.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

3.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

3.5. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.2.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.2.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.2.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.2.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.3. O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

4.4. O fornecedor enquadrado como Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico,

que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021.

4.4.1. a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que Microempresa, Empresa de Pequeno Porte ou sociedade cooperativa.

4.5. A falsidade da declaração de que trata os itens 3.2 ou 3.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.6. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.7. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.8. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.9. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.9.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.9.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.10. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.10.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço;

4.10.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.11. O valor final mínimo parametrizado na forma do subitem 3.9 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o TRE-PI, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.12. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.13. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos.

5.1.1. Preços unitário e total do item;

5.1.2. Quantidade cotada.

5.2. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.2.1. O(a) licitante não poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.3. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei.

5.8. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8.1. O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.8.2. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o(a) Pregoeiro(a) e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor total do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 1.000,00 (mil reais).
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexecutável.
- 6.10. Uma vez que foi adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.10.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública;
- 6.10.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;
- 6.10.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação;
- 6.10.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o(a) Pregoeiro(a), auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações;
- 6.10.5. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- 6.11. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores;
- 6.12. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- 6.13. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- 6.14. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- 6.15. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após

decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.16. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.17. Em relação a itens não exclusivos para participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015.

6.17.1. Nessas condições, as propostas de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.17.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.17.3. Caso a Microempresa ou a Empresa de Pequeno Porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes Microempresa e Empresa de Pequeno Porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.17.4. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

6.18. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

6.18.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.18.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.18.1.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.18.1.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.18.1.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.18.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.18.2.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no

caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.18.2.2. empresas brasileiras;

6.18.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.18.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o(a) Pregoeiro(a) poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.19.1. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.19.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.19.3. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.19.4. O(a) Pregoeiro(a) solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de 2 (duas) horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.19.5. É facultado ao(à) Pregoeiro(a) prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.20. Após negociação do preço, o(a) Pregoeiro(a) iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o(a) Pregoeiro(a) verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no subitem 2.6 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa do Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php);

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS e Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP (<https://certidoes.cgu.gov.br/>);

7.1.4. Lista de Inidôneos e o Cadastro Integrado de Condenações por Ilícitos Administrativos - CADICON, mantidos pelo Tribunal de Contas da União – TCU (<https://contas.tcu.gov.br/ords/f?p=704144:3:104309834084148::NO:3,4,6::>); e

7.1.5. Cadastro Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN.

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o(a) Pregoeiro(a) diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros;

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação;

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação;

7.4. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o(a) Pregoeiro(a) verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os subitens 2.5 e 4.4 deste Edital.

7.5. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.6. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.6.1. conter vícios insanáveis;

7.6.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.6.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.6.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.6.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.7. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.7.1. A inexequibilidade, na hipótese de que trata o *caput*, só será considerada após diligência do(a) Pregoeiro(a), que comprove:

7.7.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.7.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.8. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

7.8.1. Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço dar-se-á pela superação do valor global estimado;

7.8.2. No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço dar-se-á pela superação do valor global estimado e pela superação de custo unitário tido como relevante, conforme planilha anexa ao edital;

7.8.3. Por se tratarem de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

7.8.4. Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

7.9. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.10. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

7.10.1. Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

7.11. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.11.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.11.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

7.11.3. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no item 8 do Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.2.1. Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o termo de referência exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 20% (vinte por cento) para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

8.3. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original ou cópia.

8.4. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.5. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

8.6. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.7. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.8. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é desejável para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

8.8.1. O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado conforme disposto nos subitens 4.4 e 4.5 do Termo de Referência.

8.8.2. Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente subitem por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.9. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.9.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

8.10. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

8.10.1. A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

8.11. A verificação pelo(a) Pregoeiro(a), em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.11.1. Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 2 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do(a) Pregoeiro(a).

8.12. A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

8.12.1. Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;

8.12.2. Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

8.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

8.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.13.3. Consoante Acórdão TCU nº 1211/2021 – Plenário, o(a) Pregoeiro(a), durante as fases de julgamento das propostas e/ou habilitação, deve sanear eventuais erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível aos licitantes, nos termos dos arts. 8º, inciso XII, alínea “h”; 17, inciso VI; e 47 do Decreto 10.024/2019; sendo que a vedação à inclusão de novo documento, prevista no art. 43, § 3º, da Lei 8.666/1993 e no art. 64 da Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021), não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pelo licitante quando apresentou sua proposta, que não foi juntado com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta, por equívoco ou falha, o qual deverá ser solicitado e avaliado pelo(a) Pregoeiro(a).

8.14. Na análise dos documentos de habilitação, a Comissão de Contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.15. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o(a) Pregoeiro(a) examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.11.1.

8.16. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.17. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos;

9.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, podendo ser solicitado para o endereço eletrônico cpl@tre-pi.jus.br, sendo necessário prévio cadastro do(a) interessado(a) no Sistema Eletrônico de Informações do TRE-PI.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

10.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

10.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

10.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

10.1.5. fraudar a licitação.

10.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

10.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013, não afastando a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.

10.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1. advertência;

10.2.2. multa;

10.2.3. impedimento de licitar e contratar e

10.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.2. a natureza e a gravidade da infração cometida.

10.3.2. as peculiaridades do caso concreto.

10.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes.

10.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública.

10.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será observado o contraditório e ampla defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.6.1. Não será aplicada multa de valor igual ou inferior a 10% (dez por cento) da quantia definida na Portaria nº 75, de 22 de março de 2012, do Ministério da Fazenda, ou em norma que vier a substituí-la, para inscrição de débito na Dívida Ativa da União.

10.6.1.1. Neste caso, as penalidades serão convertidas em advertência por escrito.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.4, 10.1.5, 10.1.6, 10.1.7 e 10.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1, 10.1.2 e 10.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, § 5º, da Lei n.º 14.133/2021.

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no subitem 9.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do TRE-PI, nos termos do art. 45, § 4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados;

10.15. As sanções referentes à execução contratual estão previstas no item 14 do Termo de Referência.

11. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da contratação originada nesta licitação correrão à conta de recursos específicos consignados na Proposta Orçamentária 2024, com a seguinte classificação:

PROGRAMA DE TRABALHO	02.122.0033.20GP.0022 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa
ELEMENTOS DE DESPESA	3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; e 3.3.90.30 – Material de consumo

12. DA CONTRATAÇÃO

12.1. O TRE-PI convocará oficialmente o licitante vencedor, durante a validade de sua proposta, para, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, assinar o contrato.

12.1.1. Fica instituída a assinatura eletrônica de documentos, conforme Instrução Normativa TRE-PI nº 01/2018. Para tanto, após a homologação do certame, o representante da empresa vencedora deverá, obrigatoriamente, se cadastrar, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, no acesso externo do Sistema Eletrônico de Informações (SEI) no seguinte endereço: https://www.tre-pi.jus.br/++theme++justica_eleitoral/pdfjs/web/viewer.html?file=https://www.tre-pi.jus.br/institucional/arquivos/roteiro-de-cadastro-do-sei-tre-pi/@@download/file/roteiro-cadastro-ao-sei-externo-do-tre.pdf sob pena de aplicação das penalidades previstas no item 9 deste edital;

12.1.2. Efetuado o cadastro, enviar cópias digitalizadas do RG, CPF e Comprovante de endereço emitido ou expedido até 3 (três) meses antes da solicitação de cadastro, para o e-mail sei@tre-pi.jus.br, conforme art. 13 da Instrução Normativa.

12.1.3. Após o cadastro no SEI as respectivas unidades poderão disponibilizar o acesso para a licitante assinar os documentos, nos prazos estipulados neste Edital. Dessa forma, o TRE-PI se reserva o direito de solicitar a assinatura eletrônica do contrato e a empresa deverá requerer seu login e senha.

12.2. Se o licitante vencedor deixar de assinar o contrato dentro do prazo estabelecido no subitem precedente sem justificativa por escrito, aceita pelo Exmo. Sr. Desembargador Presidente, decairá o seu direito à contratação, sujeitando-se às penalidades previstas neste instrumento convocatório.

12.2.1. Se o licitante vencedor não apresentar situação regular, no ato da assinatura, será aplicada a regra acima.

12.3. Ocorrendo a hipótese prevista no subitem anterior, o(a) Pregoeiro(a) examinará as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

13.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo(a) Pregoeiro(a).

13.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

13.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

13.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

13.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

13.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

13.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

13.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

13.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e Transparência do TRE-PI, podendo ser visualizado no endereço eletrônico <https://www.tre-pi.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/licitacoes-e-contratos/licitacoes/pregoes/licitacoes-em-andamento>.

13.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

13.1.1. ANEXO I – Termo de Referência nº 22/2024 e seus anexos;

13.1.2. ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;

13.1.3. ANEXO II – Minuta de Contrato

Teresina – PI, 08 de março de 2024.

Lucy Gabrielli Oliveira Simeão Aquino
COORDENADORA DE CONTRATAÇÕES E PATRIMÔNIO

ANEXO I DO EDITAL

TERMO DE REFERÊNCIA nº 22/2024

MANUTENÇÃO DE CLIMATIZADORES, CORTINAS DE AR E BEBEDOUROS DE ÁGUA

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças, de aparelhos de ar-condicionado, cortina de ar e bebedouros de água instalados no Edifícios Sede do Tribunal Regional Eleitoral do Piauí, assim como a elaboração, implantação, execução e acompanhamento do PMOC – Plano de Manutenção, Operação e Controle, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

TIPO DE EQUIPAMENTO	QUANTITATIVO	FAIXA DE BTU'S	CARGAS TÉRMICAS INSTALADAS EM BTU'S
Ar-condicionado tipo janeleiro	27	12.000 a 40.000	456.000
Ar-condicionado tipo split	152	9.000 a 90.000	3.603.000
Ar-condicionado tipo multi split	6	90.000	540.000
Ar-condicionado tipo <i>self contained</i>	10	120.000 a 150.000	1.470.000
Bebedouro tipo garrafão	74	TOTAL INSTALADO – BTU'S →	6.069.000
Cortina de ar	5	TOTAL INSTALADO – TR'S →	505,75
Nota: os quantitativos dos equipamentos poderão, ao longo da contratação, ser alterados. Contudo, tais mudanças não poderão ser utilizadas pela futura CONTRATADA como justificativa para inexecução, seja parcial ou total, da contratação.			

1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar (item 2 e 8).

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 5 (cinco) anos contados da data prevista na Ordem de Serviço a ser expedida pela Coordenadoria de Apoio Administrativo - COAAD, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.3.1. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua ausência impacta diretamente na produtividade das atividades meio e fim do TRE-PI, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando que o baixo valor dos itens se contrapõe

aos custos necessários para uma gestão contratual com prorrogações anuais, sabendo-se que a necessidade do serviço é permanente e continuada.

1.4. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.5. O detalhamento de todos os equipamentos passíveis de manutenção se encontra no Anexo II deste Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da contratação encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (**item 2**), apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023 deste Tribunal, conforme documento SEI nº 1711496.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico no dos Estudos Técnicos Preliminares (**item 8**), apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade

4.1. Para os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos em comento, os impactos na sustentabilidade estão pormenorizados em tópico específico dos Estudos Preliminares (**item 13**), apêndice deste Termo de Referência.

Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/21, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor **bianual** da contratação.

4.3.1. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

4.3.2. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.3.3. No caso de apresentação de garantias nas modalidades seguro-garantia ou fiança bancária, o prazo de validade desta garantia deverá ser superior ao da vigência do contrato, em pelo menos 90 (noventa) dias, de sorte a contemplar tempo hábil para garantir o pagamento de:

4.3.4. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

4.3.5. A CONTRATADA se obriga a apresentar nova garantia, no prazo máximo de dois dias antes do seu vencimento ou no caso de prorrogação do contrato, sendo que no caso de redução do seu valor em razão de aplicação de quaisquer penalidades, ou ainda, após a assinatura de termo aditivo que implique na elevação do valor do contrato, o prazo máximo de apresentação de nova garantia ou de garantia complementar será

de até dez dias, contado da publicação do referido aditamento, mantendo-se o percentual estabelecido no subitem 4.3.

4.3.6. A garantia, ou parte remanescente, será devolvida à CONTRATADA após o cumprimento integral das obrigações decorrentes do contrato.

4.3.7. A não apresentação da garantia, ou da sua complementação, quando for o caso, fora do prazo estabelecido, sem justificativa, ensejará a aplicação das sanções previstas no contrato e em lei.

4.3.8. A garantia apresentada tem por finalidade assegurar o pagamento de:

4.3.8.1. Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas.

4.3.8.2. Multas punitivas aplicadas pela fiscalização à CONTRATADA e por outros Órgãos de fiscalização pública.

4.3.8.3. Prejuízos diretos causados ao CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato.

4.3.8.4. Possíveis indenizações, havendo anuência da Presidência deste TRE-PI, determinadas por outros órgãos do Poder Judiciário Federal, não adimplidas pela CONTRATADA, quando coube.

4.9. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pois os riscos de danos ao patrimônio público são irrelevantes.

Vistoria

4.4. Não há necessidade de realização de avaliação prévia dos locais de execução dos serviços. Entretanto, o licitante que manifestar interesse poderá realizar vistoria nas instalações dos locais de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda a sexta-feira, das 08h00 às 16h00, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelos telefones (86) 2107-9746 ou 2107-9733, ou ainda, pelos e-mails seapt@tre-pi.jus.br e enarq@tre-pi.jus.br.

4.5. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Generalidades

5.1. A execução do objeto desta contratação consiste em: Manutenção Preventiva, Manutenção Corretiva e Fornecimento de Peças e Materiais.

5.2. A execução da contratação se iniciará com o envio, via e-mail, pela COAAD, de Ordem de Serviço – OS a contratada, a qual constará o dia de início da prestação da avença.

5.2.1. A primeira Manutenção Preventiva deverá ocorrer entre o primeiro e terceiro mês da data de início da vigência prevista da Ordem de Serviço, ocorrendo, sucessivamente, uma nova manutenção dentro do período de 2 a 3 meses até completar o ciclo de 12 meses, iniciando-se, novamente, a contagem a partir da data do aniversário da vigência.

5.2.2. As Manutenções Corretivas deverão ser realizadas sempre que necessário, por meio de abertura de chamado, por meio de telefone ou e-mail.

5.2.3. A empresa terá uma hora para confirmar o recebimento do e-mail referente ao chamado de manutenção corretiva. Finalizado esse prazo, considera-se recebido o e-mail. Se o chamado for solicitado por telefone, a comprovação de recebimento desta será feita a partir do registro do nome do atendente e do registro do horário.

5.2.4. A contratada deverá apresentar, em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, o comprovante de registro e quitação, no Conselho de Classe, de Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) referente aos serviços objetos deste Termo de Referência, inclusive o PMOC, em nome do Responsável Técnico, devidamente qualificado para esse fim, pertencente ao seu quadro técnico. Tal dispositivo se faz em consonância com art. 1º da Lei nº 6.496/77 e art. 3º da Resolução CONFEA nº 307, de 1986, que dispõe que todo contrato, escrito ou verbal, para a execução da obra ou prestação de quaisquer serviços profissionais referentes à Engenharia, à Arquitetura e à Agronomia ficam sujeitos à emissão da ART.

5.2.5. A contratada deverá apresentar, em até 15 (quinze) dias úteis após o início da vigência do contrato, Relatório de Avaliação Técnica Inicial de cada equipamento de refrigeração ambiental instalado, descrevendo o seu estado, contendo pelo menos:

5.2.5.1. Avaliação geral e detalhada dos sistemas e equipamentos;

5.2.5.2. Relação e fotos de todas as peças, componentes e/ou acessórios com problema anterior à data da assinatura do contrato;

5.2.5.3. Relação de todos os problemas que possam comprometer a qualidade do ar interior e funcionamento dos equipamentos energéticos;

5.2.5.4. Relação de não conformidades às recomendações dos fabricantes, normas técnicas e boas práticas de manutenção de sistemas de ar-condicionado;

5.2.5.5. Relação de não conformidades que possam resultar em infrações às leis, normas, portarias e regulamentações; Cronograma das intervenções corretivas para solução dos problemas identificados.

Local e horário da prestação dos serviços

5.3. Os serviços serão prestados no seguinte endereço:

1. Edifício Sede do TRE-PI e Anexos, sito à Praça Des. Edgar Nogueira, nº 80 – Centro Cívico, Cabral, CEP 64000-920 – Teresina-PI.

5.4. Os serviços serão prestados preferencialmente nos seguintes horários: de segunda a sexta-feira, no intervalo das 08h00 às 18h00.

5.5. Eventualmente, em casos especiais ou de urgência, a critério e com autorização expressa da contratante, poderão ser realizados procedimentos em horários e dias fora do expediente, inclusive serviços noturnos e/ou em feriados, de modo que não seja afetado o funcionamento das Unidades Judiciais e Administrativas.

5.6 MANUTENÇÃO PREVENTIVA - É a série de procedimentos destinados a prevenir a ocorrência de quebras e mau funcionamento dos equipamentos objeto deste Termo de Referência, conservando-os em perfeito estado de uso, de acordo com os manuais dos fabricantes e normas técnicas específicas.

5.6.1. Os serviços de manutenção preventiva deverão ser realizados trimestralmente em cada um dos aparelhos de ar condicionado, cortinas de ar e bebedouros, conforme rol do Anexo II.

5.6.2. A manutenção preventiva deverá cumprir as prescrições do Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, que deverá ser elaborado pela contratada

de acordo com as exigências normativas vigentes para cada uma das unidades da Sede do TRE-PI e seus anexos.

5.6.2.1. Este Plano deve conter a identificação do estabelecimento, a descrição das atividades a serem executadas, Plano de Manutenção para as centrais de ar condicionado e condicionadores de ar, a periodicidade das mesmas, as recomendações a serem adotadas em situações de falha do equipamento e de emergência, para garantia de segurança do sistema de climatização e outras de interesse, conforme NBR 13.971/97, da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e conforme Portaria nº 3523, de 28/08/1998, do Ministério da Saúde.

5.6.2.2. Este Plano deverá ser apresentado em até 30 (trinta) dias após a publicação, no Diário Oficial da União, do extrato do contrato celebrado

5.6.3. O PMOC deverá ser apresentado pela contratada à Fiscalização no prazo de 30 dias consecutivos após o início da vigência contrato.

5.6.4. A contratada deverá fornecer à fiscalização o calendário de preventiva até cinco dias úteis após o início da vigência do contrato, identificando as datas de realização do serviço em cada uma das unidades.

5.6.5. Rotina de Manutenções Preventivas - Como parte da manutenção preventiva dos aparelhos de ar condicionado, a Contratada deverá realizar, periodicamente, as seguintes ações:

Equipamentos tipo *Split*, *Multi-split* e Piso-Teto:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS
1	Verificar ruídos e vibrações anormais
2	Limpeza condensador
3	Limpeza evaporador
4	Eliminar danos e sujeiras e corrosão no gabinete, na moldura da serpentina e na bandeja
5	Limpeza de filtro de ar
6	Verificar e eliminar sujeiras, danos e corrosão
7	Medir o diferencial de pressão
8	Verificar e eliminar frestas dos filtros
9	Limpar/lavar (quando recuperável) ou substituir (quando descartável) o elemento filtrante
10	Verificar grades de ventilação/exaustão
11	Verificar chave seletora
12	Verificar atuação do termostato
13	Verificar válvula reversora
14	Medir e registrar tensão elétrica na alimentação, por compressor e motores
15	Medir e registrar corrente elétrica ventilador/compressor
16	Medir e registrar temperatura ar insuflamento, retorno e ambiente
17	Efetuar reaberto dos terminais, parafusos e molas

18	Verificar estado de fiação, terminais e contatos elétricos
19	Verificar protetor térmico compressor
20	Verificar estado de conservação do isolamento termo acústico do gabinete
21	Limpar bandeja condensação de dreno e sua operação
22	Verificar a operação dos controles de vazão
23	Verificar a vedação dos painéis de fechamento do gabinete
24	Verificar a tensão das correias, para evitar o escorregamento nas polias
25	lavar as serpentinas e bandeja com remoção do bio-filme (lodo) sem uso de produto desengraxante e corrosivo
26	Limpar o gabinete do condicionador e ventiladores (carcaça e rotor)
27	Verificar o funcionamento da resistência de aquecimento do carter
28	Verificar filtro e secador
29	Verificar carga de gás refrigerante e vazamentos
30	Verificar nível de óleo do compressor
31	Verificar a operação da válvula de expansão
32	Verificar e calibrar os dispositivos de segurança (pressostatos de alta/baixa e óleo)
33	Verificar resistência de isolamento dos motores e compressores
34	Verificar e calibrar os dispositivos de segurança, reles térmicos e fusíveis
35	Verificar a calibragem e regulação do termostato de controle de temperatura do ambiente
36	Adotar outras ações descritas no manual do fabricante

Equipamentos tipo janela:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS
1	Verificar ruídos e vibrações anormais
2	Limpeza condensador/lavar
3	Limpeza evaporador
4	Eliminar pontos de ferrugem
5	Limpeza painel frontal
6	Limpeza filtro de ar
7	Verificar grades ventilação/exaustão
8	Verificar chave seletora
9	Verificar atuação do termostato
10	Verificar válvula reversora
11	Medir tensão elétrica na alimentação
12	Medir corrente elétrica ventilador/compressor

13	Medir temperatura ar insuflamento, retorno e ambiente
14	Efetuar reaberto dos terminais, parafusos e molas
15	Verificar estado de fiação
16	Verificar protetor térmico compressor
17	Verificar isolamento interno
18	Limpar bandeja condensação de dreno
19	Adotar outras ações descritas no manual do fabricante

Bebedouros tipo garrafão e tipo Pressão:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS
1	Limpeza e correção de amperagem
2	Limpezas das cubas d'águas, frentes plásticas, desobstrução dos condensadores e evaporadores
3	Teste de verificação e limpeza dos dispositivos de controle
4	Revisão da parte elétrica, reaperto dos terminais de modo que os aparelhos mantenham-se em perfeito estado de conservação
5	Adotar outras ações descritas no manual do fabricante

Purificador de Água

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS
1	Limpeza
2	Troca do Elemento Filtrante – no primeiro semestre de cada ano (uma vez por ano).
3	Teste de verificação e limpeza dos demais dispositivos.
4	Adotar outras ações descritas no manual do fabricante

Manutenção de Cortina de Ar

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS
1	Limpeza dos roletes e carcaça da cortina de ar
2	Reapertar os parafusos de fixação
3	Teste de verificação e limpeza dos demais dispositivos.
4	Verificar ruídos e vibrações anormais
5	Verificar o aperto dos parafusos de fixação do rotor
6	Adotar outras ações descritas no manual do fabricante

Máquinas de ar *self contained*

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS
1	Limpeza das casas de máquina
2	Reapertar os parafusos de fixação

3	Verificar ruídos e vibrações anormais
4	Verificar o aperto dos parafusos de fixação dos componentes das máquinas
5	Medir correntes dos motores dos ventiladores
6	Medir correntes dos compressores
7	Medir pressão dos compressores
8	Teste de verificação e limpeza dos demais dispositivos
9	Ajustar os ventiladores conforme especificação do fabricante
10	Verificar de a velocidade dos ventiladores obedecem às especificações do fabricante
11	Verificar se as polias dos motores obedecem às especificações do fabricante
12	Verificar se os eixos dos motores estão paralelos
13	Verificar se a tensão das correias obedece às especificações do fabricante
14	Lubrificar os rolamentos dos motores e ventiladores
15	INSPEÇÃO GERAL Verificar fixações, ruídos, vazamentos, isolamentos
15.1.	COMPRESSOR (es)
	Pressão sucção - Medição
	Pressão descarga - Medição
	Bornes - Conexões - Verificar aperto e contato
	Verificar pressostatos - Atuação (todos)
	Verificar dispositivos de proteção (sobrecarga/sobreaquecimento)
	Correntes - Medição
	Tensão - Medição
	Verificar elasticidade dos coxins de borracha dos compressores
	Verificar fiação de alimentação
15.2.	CIRCUITO REFRIGERANTE
	Visor de líquido - Controlar carga de gás (borbulhamento - sujeira -unidade) - disponível somente no padrão P
	Vazamentos - verificar
	Verificar filtro secador - Trocar se necessário
	Válvulas expansão - Verificar funcionamento
	Superaquecimento - Medir - Ajustar se necessário
	Subresfriamento - Medir - Corrigir se necessário
	Verificar isolamento das tubulações
15.3.	VENTILADORES DO EQUIPAMENTO
	Verificar correias - Tensão Verificar correias - Desgaste
	Verificar rolamento e mancais

	Verificar fixação das polias
	Verificar alinhamento das polias
	Correntes dos motores - Medição
	Limpeza dos rotores
15.4.	SERPENTINA - EVAPORADOR
	Limpeza do aletado
	Limpeza dreno
	Limpeza bandeja
15.5.	SERPENTINA CONDENSADOR - AR
	Limpeza do aletado
	Limpeza dreno
	Limpeza bandeja
15.6.	CONDENSADOR A ÁGUA
	Limpeza
	Medição - Temperatura de entrada e saída de água de condensação
15.7.	FILTROS DE AR
	Inspeção e limpeza
15.8.	COMPONENTES ELÉTRICOS
	Inspeção geral - Verificar aperto, contato e limpeza
	Regulagem de relés de sobrecarga
	Controles/Intertravamentos - Verificar funcionamento
	Termostato - Verificar atuação e regulagem
	Painel de comando - Verificar atuação e sinalização
	Verificar tensão, corrente, desbalanceamento entre fases.
	Verificar aquecimento dos motores
15.9.	GABINETE
	Verificar e eliminar pontos de ferrugem
	Examinar e corrigir tampas soltas e vedação do gabinete
	Verificar isolamento térmico do gabinete
16	Adotar outras ações descritas no manual do fabricante

5.6.6. Os insumos necessários aos serviços, como: fitas adesivas, esponjosos, soldas, gás nitrogênio, graxas, lubrificantes em geral, óleo para os compressores, solventes, tintas, lixas, produtos anti-ferrugem, estopas, produtos fosfatizantes, equipamentos de pintura e todo e qualquer material necessário à limpeza e manutenção dos equipamentos, deverão ser fornecidos pela contratada e, seus custos comporão o preço da manutenção preventiva, devendo estarem embutidos na proposta quando da licitação, conforme os Anexos IV e V.

5.6.7. Ao final de cada atendimento/serviço será obrigatoriamente emitido relatório de manutenção preventiva onde conste, sucintamente, a descrição do equipamento (marca, modelo e potência), número de identificação (patrimônio), o estado de funcionamento e a descrição de todos os serviços realizados, evidenciando o cumprimento de todos os itens do plano previsto para aquela execução. O relatório deverá ser assinado pelo técnico responsável pela execução dos serviços;

5.6.8. A contratada deverá comunicar ao Fiscal da execução física sobre a necessidade de substituição das peças, especificando-as, se possível, conforme lista de peças constantes do Anexo IV.

5.7. MANUTENÇÃO CORRETIVA - Série de procedimentos destinados a recolocar o(s) equipamento(s) em perfeito estado de uso, compreendendo a substituição de peças e componentes que se apresentarem defeituosos, gastos ou quebrados por outros novos, de qualidade igual ou superior aos substituídos, bem como a execução de regulagens, ajustes mecânicos, elétricos e o que mais seja necessário ao restabelecimento das condições de funcionamento dos mesmos, tudo em conformidade com os manuais e normas técnicas específicas de cada fabricante.

5.7.1. A contratada deverá executar a manutenção corretiva, sempre que solicitada pela Gestão/Fiscalização Física do contrato, tendo, portanto, um número ilimitado de chamadas, seguindo os procedimentos abaixo discriminados:

- a) O procedimento inicial da manutenção corretiva é a avaliação, a análise técnica detalhada das condições do aparelho e o levantamento do motivo da falha ou defeito apresentado que impede o perfeito funcionamento da máquina. As informações deverão constar em relatório específico com relação detalhada de possíveis peças defeituosas, características do aparelho, local de instalação. Tal relatório deverá ser assinado pelo técnico responsável pela execução dos serviços.
- b) Corrigir imediatamente os defeitos que não necessitam de reposição de peças;
- c) Comunicar ao Fiscal Técnico sobre a necessidade de substituição das peças, especificando-as conforme lista de peças constantes nas respectivas Planilhas de Formação de Preço (Anexo IV);
- d) Havendo autorização do Fiscal Técnico, fornecer e substituir as peças e/ou materiais dos aparelhos;

5.7.2. Os chamados de manutenções em caráter emergencial, deverão ser atendidos em até 2 (duas) horas, contados do chamado, para todos os tipos de serviços constantes neste Termo.

5.7.3. Nos demais casos, o prazo para atendimento dos chamados emitidos pela contratante será de 1 (um) dia útil, contadas do recebimento do chamado.

5.7.4. O restabelecimento do funcionamento do equipamento ficará condicionada a sua extensão, não podendo ultrapassar o prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da abertura do chamado, salvo anuência por escrito da fiscalização técnica. Quando for o caso, a contratada deverá solicitar dilação de prazo fundamentada, por escrito.

5.7.5. Havendo necessidade de conserto fora das instalações da contratante, a contratada deverá retirar o equipamento mediante autorização do Gestor/Fiscal e emitir o respectivo recibo, e devolvê-lo à respectiva unidade de origem após a execução dos serviços, realizando sua reinstalação e testes no local em um prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis da abertura do chamado. Nesta operação, a empresa contratada não poderá

cobrar pela desinstalação e reinstalação e/ou transporte do aparelho, já que o mesmo foi retirado por necessidade técnica.

5.8 FORNECIMENTO DE PEÇAS

5.8.1. A contratada deverá fornecer todas as peças e materiais necessários aos serviços, cujos custos serão ressarcidos à empresa nos valores propostos quando da licitação e, no caso de alguma peça ou material não estiver elencado no Anexos I e II, o ressarcimento destes, será precedido de pesquisa do Fiscal Técnico da contratação junto à rede de assistência técnica em qualquer município deste Estado e, caso não seja encontrado, fica acordado possibilidade de pesquisa em pelo menos dois sites especializados para os fins de cálculo de preço médio.

5.8.2. Todas as peças fornecidas deverão ser originais e novas (primeiro uso) além de possuir as mesmas especificações daquelas defeituosas, podendo a fiscalização solicitar comprovação dessa condição através da apresentação Nota Fiscal onde conste a especificação das peças substituídas;

Materiais a serem disponibilizados

5.9. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar aos seus técnicos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários à execução dos serviços contratados.

Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021)

5.10. O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Preposto

6.6. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

Fiscalização

6.7. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

6.8. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.9. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.10. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.11. O fiscal técnico do contrato informará ao NFFGC do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.12. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao NFFGC do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.13. O fiscal técnico do contrato comunicará ao NFFGC do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

6.14. Exercida pelo NFFGC, verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.15. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, atuará tempestivamente na solução do problema, reportando a Gestão do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.16. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:

6.16.1. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico ou gestor, nos seguintes termos:

6.16.1.1. elaborar relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao NFFGC do contrato para recebimento definitivo; e

6.16.1.2. o recebimento definitivo pelo NFFGC do contrato, ato que concretiza o ateste da execução dos serviços, obedecerá às seguintes diretrizes:

6.16.1.3. realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização técnica e administrativa e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à contratada, por escrito, as respectivas correções;

6.16.1.4. emitir termo circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentação apresentados; e

6.16.1.5. comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura com o valor exato dimensionado pela fiscalização com base no Instrumento de Medição de Resultado (IMR).

Gestão do Contrato

6.17. Será exercida pelo(a) Chefe da SEAPT que coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

6.18. O(A) Chefe da SEAPT do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

6.19. O(A) Chefe da SEAPT do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

6.20. O(A) Chefe da SEAPT do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

6.21. O(A) Chefe da SEAPT do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº

11.246, de 2022, art. 21, X).

6.22. O(A) Chefe da SEAPT do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

6.23. O(A) Chefe da SEAPT do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. As intervenções corretivas deverão ser registradas EM RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DE SERVIÇOS. Cópia do citado relatório deverá encaminhada com a nota fiscal para pagamento. Deverá conter a identificação dos equipamentos, as devidas

peças substituídas, e as respectivas datas, dentre outras informações pertinentes (número de série do compressor, motores em caso de substituição, etc.).

7.2. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo II deste Termo.

7.2.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a CONTRATADA:

7.2.1.1. não produzir os resultados acordados;

7.2.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

Do recebimento

7.4. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. (Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133 e Art.s. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022).

7.5. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.6. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. (Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.7. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. (Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022)

7.8. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao NFFGC do contrato.

7.9. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último:

7.9.1. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.9.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.9.3. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.10. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (três) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.10.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.10.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.10.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas;

7.10.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.10.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.14. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

7.15. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021

7.16. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 7.16.1. o prazo de validade;
- 7.16.2. a data da emissão;
- 7.16.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 7.16.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 7.16.5. o valor a pagar; e
- 7.16.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.17. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.18. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

7.19. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.20. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.22. Persistindo a irregularidade, o CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

7.24. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

7.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA de correção monetária.

Forma de pagamento

7.26. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.28. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.28.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.29. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

7.30. Para esta contratação não haverá antecipação de pagamento.

Cessão de crédito

7.31. Para esta contratação não haverá cessão de créditos.

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço.

8.1.1. As proponentes se utilizarão de arquivo de Planilha do Microsoft Excel (.xlsx) fornecido pelo TRE-PI, quando da apresentação de suas propostas, preencherem os campos em cinza das planilhas constantes dos Anexos II e III.

8.1.1.1. Ao serem lançados, os valores das células em cinza, devem ser iguais ou inferiores aos constantes do Edital de Licitação, exceto os campos relativos à Razão Social da proponente e C.N.P.J.

8.1.2. As proponentes poderão solicitar o arquivo em Excel editável na extensão “xlsx” que contém as planilhas de composição de custos pelo e-mail: cpl@tre-pi.jus.br;

8.1.3. A precisão adotada em todas as células das planilhas constantes do arquivo “Manutenção_Climatizadores_Bebedouros_2024” é de duas casas decimais e, as proponentes que apresentarem valores com precisão diferente, tal proposta deverá ser reapresentada à Comissão Permanente de Licitação deste Regional.

8.1.4. Ao calcular os valores da pasta de trabalho as proponentes deverão definir a precisão dos cálculos conforme exibido, ou seja, a precisão adotada (ver subitem 8.1.3) tem por base o valor exibido em cada célula;

8.1.5. O valor global da proposta não poderá ser superior a **R\$ 1.360.099,55 (um milhão, trezentos e sessenta mil, noventa e nove reais e cinquenta e cinco centavos)** para sessenta meses de contratação.

8.1.6. Ficam cientes, as proponentes, que as demais células das planilhas contidas nos Anexos possuem vínculos com as de plano de fundo em cinza. Portanto, recomenda-

se que as proponentes solicitem os arquivos na forma prevista no subitem 8.1.2, cujo arquivo editável se encontra no evento SEI nº 0001992883.

8.1.7. No julgamento da proposta, sugere-se:

8.1.7.1. Sugere-se que o custo estimado da contratação esteja previsto no edital, uma vez que tal medida é a comumente adotada pelo TRE-PI. Também propomos que o modo de disputa aberto (consoante o disposto no inciso I, art. 56, Lei nº 14.133/2021).

8.1.7.2. A classificação das propostas será pelo critério menor preço global.

8.1.7.3. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, será de R\$ 1.000,00 (mil reais).

Regime de execução

8.2. O regime de execução do contrato será por preço unitário.

Exigências de habilitação

8.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

8.4. Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

8.5. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.6. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

8.7. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.8. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.

8.9. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.10. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

8.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal/Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.19. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal/Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

8.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

8.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.24. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e análise do balanço patrimonial do último exercício social, comprovando:

8.24.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um);

8.24.2. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

8.25. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será

exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor proposto da contratação.

8.26. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis (ver **subitem 8.24.**) pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.27. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

8.28. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.28.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.29. Prova de registro ou inscrição da empresa e de seus respectivos responsáveis técnicos na entidade profissional competente, Conselho Federal dos Técnicos Industriais – CFT ou Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA, em plena validade;

8.29.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.

8.30. Para dar prova da **CAPACIDADE TÉCNICO-OPERACIONAL** a empresa licitante deverá comprovar aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.30.1. Prestação de serviços de manutenção preventiva de aparelhos de ar-condicionado (ar tipo janeleiro, *split* ou *self-contained*) que somada suas cargas térmicas correspondam a, no mínimo, 200 T.R. (tonelada-refrigeração);

8.31. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

8.32. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.33. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, **quando solicitado** pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

8.34. Comprovação de **CAPACIDADE TÉCNICO-PROFISSIONAL** por meio de apresentação de profissional(is) devidamente registrado (s) no conselho de classe, detentor(es) de Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT expedida(s) pelo conselho técnico competente da região onde os serviços foram executados, que comprove(m) ter o(s) profissional(is) executado para órgão ou entidade da administração pública ou para empresa privada, atividades pertinentes e compatíveis com o objeto desta contratação em características e quantidades relativo(s), a:

8.34.1. Prestação de serviços de manutenção de ar-condicionado (ar tipo janeleiro, split ou self-contained) que somada suas cargas térmicas correspondam a, no mínimo, 200 T.R. (tonelada-refrigeração).

8.35. O(s) profissional(is) indicado(s) na forma supra deverá(ão) participar do serviço objeto do contrato, e será admitida a sua substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela Administração.

8.36. A vedação para participação de COOPERATIVAS no certame se dá em virtude da necessidade de uma centralização de responsabilidade perante um serviço que é de extrema sensibilidade e importância para a execução das atividades fins da Justiça Eleitoral do Piauí e por não ser uma prática no mercado de manutenção de aparelhos de ar-condicionado, bem como por demandar vínculo de subordinação/emprego entre o trabalhador e a contratada, bem como de habitualidade.

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 272.019,91(duzentos e setenta e dois mil, dezenove reais e noventa e um centavos) anuais.

9.1.1. O contrato terá duração de 05 (cinco) anos, totalizando R\$ 1.360.099,55 (um milhão, trezentos e sessenta mil, noventa e nove reais e cinquenta e cinco centavos), conforme custos totalizados no Anexo III deste Termo de Referência.

9.1.2. A licitação será composta por um único item.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

10.1. Elaborar Relatório Técnico (diagnóstico) informando o estado geral de cada aparelho, bem como a relação das intervenções que deverão ser realizadas para o seu perfeito funcionamento e preservação

10.2. Programar as manutenções preventivas dos equipamentos de acordo com as Rotinas de Execução de Manutenções a serem estabelecidas no PMOC, em comum acordo com a CONTRATANTE.

10.3. Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários;

10.4. Apresentar ao Gestor do contrato relatório mensal de execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva realizados pela equipe residente, como forma de comprovar o plano de manutenção;

10.5. Manter meios de comunicação ativos (telefone móvel, e-mail, etc.) e em perfeito funcionamento para atendimento de chamado da Gestão do contrato;

10.6. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as Normas Internas da Administração;

10.7. A CONTRATADA deverá fornecer a especificação técnica, correta e detalhada, de todos os materiais que deverão ser substituídos. Os prejuízos, causados por especificações incorretas ou imprecisas que gerem compras desnecessárias, deverão ser ressarcidos pela CONTRATADA.

10.8. Prestar os serviços contratados, mesmo quando em estado de greve da categoria, através de esquema de emergência, de modo a não comprometer o funcionamento das unidades administrativas.

10.9. Exercer constante fiscalização de seus prestadores de serviços, orientando-os no sentido de observar todas as disposições e rotinas adotadas pelo TRE-PI, substituindo, no prazo estipulado pelo CONTRATANTE, os profissionais que não se coadunem com o interesse e a finalidade dos serviços;

10.10. Garantir o atendimento de serviços suplementares requisitados pelo contratante em situações excepcionais;

10.11. A CONTRATADA, será responsável pelo deslocamento dos equipamentos até oficina própria ou onde for preciso, e após prévia autorização de Gestor do contrato, sempre que necessário à execução dos serviços de manutenção corretiva, quando a complexidade dos defeitos e problemas apresentados impedirem a realização destes no local onde se encontram instalados, nas dependências do CONTRATANTE.

10.12. Cumprir e fazer cumprir as normas de segurança e medicina do trabalho emitido pelo Ministério do Trabalho e Emprego e outros órgãos competentes e, em especial, estabelecer, implementar e assegurar o cumprimento da Norma Regulamentadora n.º 9, NR – 9, Programa de Prevenção de Riscos Ambientais – PPRA, aprovada pela Portaria MTb n.º 3.214, de 08 de junho de 1978, e alterações posteriores, que regulamenta o art. 163 da Consolidação das Leis do Trabalho, e garantir, custear e indicar médico do trabalho, de acordo com a Norma Regulamentadora n.º 7 – NR 7 – Programa de Controle Médico e Saúde Ocupacional - PCMSO.

10.13. Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

10.14. Relatar à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade, inclusive de ordem funcional, constatada durante a execução dos serviços, cujo saneamento dependa de autorização para execução ou de providências por parte da CONTRATANTE, especialmente se representar risco para o patrimônio público.

10.15. Assumir inteira responsabilidade pela execução dos serviços contratados e efetuar os de acordo com as especificações constantes da proposta, as disposições do instrumento convocatório e seus anexos, a boa técnica, as instruções dos fabricantes dos equipamentos e sistemas e dos materiais utilizados, legislações e normas pertinentes.

10.16. Fornecer aos seus funcionários e colaboradores, a suas expensas, e exigir o uso de Equipamento de Proteção Individual – EPI.

10.17. Recuperar ou limpar as áreas afetadas pelo seu trabalho, deixando em seu estado original.

10.18. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato, os defeitos ou incorreções resultantes da má qualidade da execução dos serviços e/ou materiais empregados.

10.19. Repor, no prazo máximo de cinco dias úteis, após a devida comprovação de responsabilidade, qualquer objeto da CONTRATANTE e/ou de terceiros que tenha sido danificado ou extraviado por seus empregados.

10.20. No caso em que os danos forem em equipamentos (material permanente) e a sua recuperação demandar mais de 24 horas, a CONTRATADA deverá providenciar a sua substituição até que o mesmo seja consertado.

10.21. Orientar os seus empregados e subcontratados de que não poderão se retirar dos prédios ou instalações da CONTRATADA, portando volumes ou objetos, sem a devida autorização da CONTRATANTE e liberação no posto de vigilância da CONTRATANTE.

10.22. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executarem atividades não abrangidas pelo contrato, devendo a CONTRATADA relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

10.23. Sinalizar ou até isolar (conforme o caso), convenientemente o local, a área ou o equipamento, objetivando a segurança dos seus funcionários, dos servidores do TRE-PI ou terceiros, bem como adotar todas as medidas preventivas de acidentes recomendadas pela legislação vigente, durante as manutenções preventivas e/ou corretivas. As sinalizações deverão ser com placas alusivas ao fato, legíveis e claras.

10.24. Manter, durante toda a execução contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste Termo de Referência e seus Anexos.

10.25. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao CONTRATANTE;

10.26. Emitir fatura de acordo com a especificidade do serviço prestado, encaminhando-a à Gestão do Contrato, nomeada pelo TRE-PI.

10.27. Instruir seus empregados a manterem sigilo a respeito das informações e quaisquer outros assuntos ligados a documentos e seus conteúdos, que porventura cheguem ao conhecimento deles por força da execução dos serviços;

10.28. Prestar todos os esclarecimentos e informações que forem solicitados pela CONTRATANTE, de forma clara, concisa e lógica, atendendo de imediato às reclamações.

10.29. Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidas, com a observância das recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação, corrigindo as falhas porventura detectadas imediatamente ao comunicado;

11. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta.

11.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor ou comissão especialmente designada, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

11.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se de que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

11.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, conforme os termos de suas propostas;

11.5. Efetuar as retenções devidas sobre o valor da fatura de serviços da Contratada, em conformidade com a IN SLTI/MPOG N. 05/2017;

11.6. Fornecer as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato;

11.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada;

11.8. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa desempenhar seus serviços dentro das normas deste Contrato, permitindo livre acesso as instalações, quando for solicitado pela Contratada;

12. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

12.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação (sujeita a alteração após a classificação pela COOF):

I) Gestão/Unidade: 0001/070006 - TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ

II) Fonte: 1.000 - RECURSOS LIVRES DA UNIÃO

III) Programa de Trabalho: 02.122.033.20GP0022 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa no Estado do Piauí.

IV) Elementos de Despesa: 3390.30.39– Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, bem como nº 3.3.90.30 – Material de consumo.

V) Plano Interno: IEF MANPRE

12.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12.3. Em atenção ao artigo 10 da IN 81/2022-ME, declaramos que as informações contidas neste processo licitatório não se submetem a nenhuma restrição de acesso elencadas na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, sendo publicada em seu inteiro teor no site www.gov.br/compras.

13. REAJUSTE

13.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da proposta de preços da CONTRATADA.

13.2. Após o interregno de um ano, a contar do mês da apresentação da proposta, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo CONTRATANTE, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula:

$$R = V (I - I^0) / I^0$$

Onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada no orçamento estimativo da Administração;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

13.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

14. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

14.1. Comete infração administrativa, nos termos dos incisos de I a XII, do Art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, a(s) CONTRATADA(S) que:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar documentação exigida no certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

14.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- i) **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;
- ii) **Multa de:**
 - (1) 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor anual adjudicado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a **15 (quinze) dias**. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
 - (2) 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor anual adjudicado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem acima, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - (3) 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor anual adjudicado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
 - (4) 0,2% a 3,2% por dia sobre o valor mensal do contrato, conforme detalhamento constante das **tabelas 1 e 2, abaixo**; e
 - (5) 0,07% (sete centésimos por cento) do valor do contrato por dia de atraso na apresentação da garantia (seja para reforço ou por ocasião de prorrogação), observado o máximo de 2% (dois por cento). O atraso superior a 25 (vinte e cinco)

dias autorizará a Administração CONTRATANTE a promover a rescisão do contrato;

(6) as penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

- iii) **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- iv) Sanção de **impedimento de licitar e contratar** com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.
- v) **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados; 21.3. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista no subitem “iv” também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

14.3. As sanções previstas nos subitens “i”, “iii”, “iv” e “v” poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

14.4. Para efeito de aplicação de multas, às infrações são atribuídos graus, de acordo com as tabelas 1 e 2 do Anexo I – Quadro de Multas.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. A empresa contratada deverá responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente.

15.2. Os custos dos serviços, peças e materiais desta contratação são reversíveis entre si, cabendo ainda o uso de reserva técnica descrita no Anexo III para suplementar qualquer custo desta contratação que tenha se esgotado, bem como para aquisição de peças e materiais não descritos nos respectivos anexos.

16. ANEXOS

- ANEXO I – QUADRO DE MULTAS
- ANEXO II (A a F) – Planilha de RELAÇÃO DE EQUIPAMENTOS INSTALADOS

SEI nº [0001993248](#):

- ANEXO III – Planilha de TOTALIZAÇÃO DOS CUSTOS E VALOR PROPOSTO PARA EXECUÇÃO
- ANEXO IV 1 (A a G) – Planilha de CUSTOS DE SERVIÇOS E ELABORAÇÃO DO PMOC
- ANEXO IV 2 (A a E) – Planilha de CUSTOS DE PEÇAS
- ANEXO IV 3 (A a B) – Planilha de CUSTOS DE MATERIAIS
- ANEXO V 1 (A a F) – Planilha de PESQUISA DE PREÇOS PARA MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA
- ANEXO V 2 (A a E) – Planilha de PESQUISA DE PREÇOS DE PEÇAS

- ANEXO V 3 (A a B) – Planilha de PESQUISA DE PREÇOS DE MATERIAS SÓLIDOS E FLUIDOS

17. APÊNDICES

- APÊNDICE I – PESQUISA DE PREÇOS DE MATERIAS E PEÇAS (SEI's [0001990256](#) e [0001990259](#))
- APÊNDICE II – PESQUISA DE PREÇOS DE SERVIÇOS (SEI's [0001989243](#), [0001989259](#) e [0001990253](#))
- APÊNDICE III – ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES (SEI [0001992424](#))
- APÊNDICE IV – MAPA DE ANÁLISE DE RISCOS (SEI [0001989166](#))

Teresina/PI – 19 de janeiro de 2024

Mhario Eugenio de Castro Ramos
Analista Judiciário

Roberto de Amorim Coêlho
Analista Judiciário

ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA
QUADRO DE MULTAS

Tabela 1

GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato
2	0,4% ao dia sobre o valor mensal do contrato
3	0,8% ao dia sobre o valor mensal do contrato
4	1,6% ao dia sobre o valor mensal do contrato
5	3,2% ao dia sobre o valor mensal do contrato

Tabela 2

INFRAÇÃO		
ITEM	DESCRIÇÃO	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico, lesão corporal ou consequências letais, por ocorrência;	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais por dia e por unidade de atendimento;	4
3	Manter funcionário sem qualificação para executar os serviços contratados, por empregado e por dia;	3
4	Recusar-se a executar serviço determinado pela fiscalização, por serviço e por dia;	2
Para os itens a seguir, deixar de:		
5	Cumprir determinação formal ou instrução complementar do órgão fiscalizador, por ocorrência;	2
6	Substituir empregado que se conduza de modo inconveniente ou não atenda às necessidades do serviço, por funcionário e por dia;	1
7	Cumprir quaisquer dos itens do Edital e seus Anexos não previstos nesta tabela de multas, após reincidência formalmente notificada pelo órgão fiscalizador, por item e por ocorrência;	3
8	Indicar e manter durante a execução do contrato os prepostos previstos no edital/contrato;	1
9	Providenciar treinamento para seus funcionários conforme previsto na relação de obrigações da CONTRATADA	1

ANEXO II - A				
RELAÇÃO DE JANELEIROS				
Item	Patrimônio	Localização	Descrição	BTUs
1	00009532	0185 - 13301000 - SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE - SEAPT100000083 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR, SALA CHEFE SEAPT - 0185	CONDICIONADOR DE AR DE PAREDE - MARCA: SPRINGER CARRIER - MODELO: 21.0000 BTU - SERIE: 4102B35320	21.000
2	00012045	0524 - 15300100 - SEÇÃO DE INFRAESTRUTURA - SEINF01010511 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR, - 0524	CONDICIONADOR DE AR DE PAREDE - DESCRICAO: COM PROTEÇÃO ANTICORROSÃO - MARCA: SPRINGER CARRIER - MODELO: 21.0000 BTU - SERIE: 4904B06859	21000
3	00012172	0154 - 13100000 - COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - COOF01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - 0154	CONDICIONADOR DE AR DE PAREDE - DESCRICAO: MCB125 BB - MARCA: SPRINGER CARRIER - MODELO: 12.000 BTU - SERIE: 5204B34726	12000
4	00018434	0524 - 15300100 - SEÇÃO DE INFRAESTRUTURA - SEINF01010511 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR, - 0524	CONDICIONADOR DE AR DE PAREDE - MARCA: ELGIN - MODELO: 18.000 BTU - SERIE: 1057304	18000
5	00018981	0452 - 14300000 - COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - COEDE00101508 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3ºANDAR, SALA DE TREINAMENTOS - 0452	CONDICIONADOR DE AR DE PAREDE - MARCA: ELGIN - MODELO: 18.000 BTU - SERIE: 1057688	18000

6	00023954	1515 - 15201520 - SERVIÇO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA - ENARQ01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - ENARQ	CONDICIONADOR DE AR DE PAREDE - DESCRICAO: TIPO JANELA, MECÂNICO, CAPACIDADE DE 19.000 BTUS, CICLO FRIO, COPMPRESSOR ROTATIVO, FUNÇÃO EXAUSTÃO, GABINETE DESLIZANTE, SELO PROCEL "A". COM 01(UM) ANO DE GARANTIA PARA O EQUIPAMENTO E 02(DOIS) ANOS DE GARANTIA PARA O COMPRESSOR A CONTAR DO RECEBIMENTO DEFINITIVO. - MARCA: SPRINGER CARRIER - MODELO: ZCA195BB - SERIE: 4411B18442	19000
7	00023955	0476 - 15300200 - SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES CORPORATIVAS - SEDESC100000018 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR, SALA DE ANÁLISE E PROGRAMAÇÃO - 0476	CONDICIONADOR DE AR DE PAREDE - DESCRICAO: TIPO JANELA, MECÂNICO, CAPACIDADE DE 19.000 BTUS, CICLO FRIO, COPMPRESSOR ROTATIVO, FUNÇÃO EXAUSTÃO, GABINETE DESLIZANTE, SELO PROCEL "A". COM 01(UM) ANO DE GARANTIA PARA O EQUIPAMENTO E 02(DOIS) ANOS DE GARANTIA PARA O COMPRESSOR A CONTAR DO RECEBIMENTO DEFINITIVO. - MARCA: SPRINGER CARRIER - MODELO: ZCA195BB - SERIE: 4411B18440	19000
8	00024131	0155 - 13300000 - COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO - COAAD01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - 0155	CONDICIONADOR DE AR DE PAREDE - DESCRICAO: TIPO JANELA, MECÂNICO, CAPACIDADE DE 21.000 BTUS, CICLO FRIO, COMPRESSOR ROTATIVO, FUNÇÃO EXAUSTÃO, GANINETE DESLIZANTE, SELO PROCEL, CLASSIFICAÇÃO P INMETRO "A", COM GARANTIA DE 01(UM) ANO PARA O EQUIPAMENTO E 02(DOIS) ANOS PARA O COMPRESSOR, A CONTAR DO RECEBIMENTO DEFINITIVO. - MARCA: SPRINGER - MODELO: SILENTIA (ZCA215BB/RB)	21000
9	00025537	0452 - 14300000 - COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO -	CONDICIONADOR DE AR DE PAREDE - DESCRICAO: TIPO JANELA DE 21.000 BTUS - MARCA: SPRINGER	21000

		COEDE00101508 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3ºANDAR, SALA DE TREINAMENTOS - 0452	SILENTIA - MODELO: ZCA215BB/RB - SERIE: S3111B24328	
10	00025539	0154 - 13100000 - COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - COOF01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - 0154	CONDICIONADOR DE AR DE PAREDE - DESCRICAO: TIPO JANELA DE 21.000 BTUS - MARCA: SPRINGER SILENTIA - MODELO: ZCA215BB/RB - SERIE: S3111B24326	21000
11	00026423	0182 - 13301000 - SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE - SEAPT00101507 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR - 0182	CONDICIONADOR DE AR DE PAREDE - DESCRICAO: CONDICIONADOR DE AR, TIPO JANELA, MECÂNICO, CAPACIDADE DE 21.000 BTUS, CICLO FRIO, COMPRESSOR ROTATIVO, FUNÇÃO EXAUSTÃO, GABINETE DESLIZANTE, SELO PROCEL, CLASSIFICAÇÃO INMETRO "A". TENSÃO 220V, CORRENTE 10,2A. GARANTIA DE 2 (DOIS) ANOS PARA O COMPRESSOR - MARCA: SPRINGER - MODELO: SILENTIA (ZCA215BB/RB)	21000
12	00026929	0445 - 13301000 - SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE - SEAPT00101306 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR, SALA DOS MOTORISTAS - 0445	CONDICIONADOR DE AR DE PAREDE - DESCRICAO: TIPO JANELA DE 12.000 BTUS - MARCA: SPRINGER - MODELO: MCC125BB - SERIE: S3212B94791	12000
13	00026933	0586 - 14300200 - SEÇÃO DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL - SECADO01010512 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 4º ANDAR - SECADO	CONDICIONADOR DE AR DE PAREDE - DESCRICAO: TIPO JANELA DE 12.000 BTUS - MARCA: SPRINGER - MODELO: MCC125BB - SERIE: S3212B94730	12000
14	00032813	0185 - 13301000 - SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE - SEAPT1000000083 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR, SALA	CONDICIONADOR DE AR DE PAREDE - DESCRICAO: 18000 BTUS, TIPO JANELEIRO. GARANTIA DE 1 ANO PARA O EQUIPAMENTO E 2 ANOS PARA O COMPRESSOR. - MARCA: SPRINGER SILENTIA -	18000

		CHEFE SEAPT - 0185	MODELO: ZCB185BB - SERIE: S0414B12238468	
15	00007972	0455 - 13202000 - SEÇÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO - SEALP100000118 - EDIFÍCIO ANEXO - TÉRREO, ALMOXARIFADO - ALMOX CHEFIA	CONDICIONADOR DE AR DE PAREDE - MARCA: SPRINGER - MODELO: 15.000 BTU	15000
16	00008017	0455 - 13202000 - SEÇÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO - SEALP100000118 - EDIFÍCIO ANEXO - TÉRREO, ALMOXARIFADO - ALMOX CHEFIA	CONDICIONADOR DE AR DE PAREDE - MARCA: SPRINGER - MODELO: 15.000 BTU - SERIE: 2595B74612	15000
17	00009544	0455 - 13202000 - SEÇÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO - SEALP100000118 - EDIFÍCIO ANEXO - TÉRREO, ALMOXARIFADO - ALMOX CHEFIA	CONDICIONADOR DE AR DE PAREDE - MARCA: ELGIN - MODELO: 10.000 BTU	10000
18	00012024	0455 - 13202000 - SEÇÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO - SEALP100000118 - EDIFÍCIO ANEXO - TÉRREO, ALMOXARIFADO - ALMOX CHEFIA	CONDICIONADOR DE AR DE PAREDE - MARCA: SPRINGER CARRIER - MODELO: 12.000 BTU - SERIE: 5204B34709	12000
19	00012031	0455 - 13202000 - SEÇÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO - SEALP100000118 - EDIFÍCIO ANEXO - TÉRREO, ALMOXARIFADO - ALMOX CHEFIA	CONDICIONADOR DE AR DE PAREDE - MARCA: SPRINGER CARRIER - MODELO: 12.000 BTU - SERIE: 5204B34707	12000

20	00012424	0455 - 13202000 - SEÇÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO - SEALP100000118 - EDIFÍCIO ANEXO - TÉRREO, ALMOXARIFADO - ALMOX CHEFIA	CONDICIONADOR DE AR DE PAREDE - MARCA: SPRINGER - MODELO: 15.000 BTU	15000
21	00018433	0455 - 13202000 - SEÇÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO - SEALP100000118 - EDIFÍCIO ANEXO - TÉRREO, ALMOXARIFADO - ALMOX CHEFIA	CONDICIONADOR DE AR DE PAREDE - MARCA: ELGIN - MODELO: 18.000 BTU - SERIE: 1057577	18000
22	00020444	0146 - 13301004 - SERVIÇO DE REPROGRAFIA - REPRO000000007 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, TÉRREO - 0146	CONDICIONADOR DE AR DE PAREDE - DESCRICAO: TIPO JANELA DE 21.000 BTUS - MARCA: GREE - MODELO: GJ21-22LMC - SERIE: 1433400000101	21000
23	00026414	0455 - 13202000 - SEÇÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO - SEALP100000118 - EDIFÍCIO ANEXO - TÉRREO, ALMOXARIFADO - ALMOX CHEFIA	CONDICIONADOR DE AR DE PAREDE - DESCRICAO: CONDICIONADOR DE AR, TIPO JANELA, MECÂNICO, CAPACIDADE DE 21.000 BTUS, CICLO FRIO, COMPRESSOR ROTATIVO, FUNÇÃO EXAUSTÃO, GABINETE DESLIZANTE, SELO PROCEL, CLASSIFICAÇÃO INMETRO "A". TENSÃO 220V, CORRENTE 10,2A. GARANTIA DE 2 (DOIS) ANOS PARA O COMPRESSOR - MARCA: SPRINGER - MODELO: SILENTIA (ZCA215BB/RB)	21000
24	00030560	0455 - 13202000 - SEÇÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO - SEALP100000118 - EDIFÍCIO ANEXO - TÉRREO, ALMOXARIFADO - ALMOX CHEFIA	CONDICIONADOR DE AR DE PAREDE - DESCRICAO: TIPO JANELEIRO, CCF21DB - MARCA: CONSUL - MODELO: 21.000 BTU - SERIE: MG4864417	21000

25	00032821	0455 - 13202000 - SEÇÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO - SEALP100000118 - EDIFÍCIO ANEXO - TÉRREO, ALMOXARIFADO - ALMOX CHEFIA	CONDICIONADOR DE AR DE PAREDE - DESCRICAO: 18000 BTUS, TIPO JANELEIRO. GARANTIA DE 1 ANO PARA O EQUIPAMENTO E 2 ANOS PARA O COMPRESSOR. - MARCA: SPRINGER SILENTIA - MODELO: ZCB185BB - SERIE: S3914B14362099	18000
26	00032882	0455 - 13202000 - SEÇÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO - SEALP100000118 - EDIFÍCIO ANEXO - TÉRREO, ALMOXARIFADO - ALMOX CHEFIA	CONDICIONADOR DE AR DE PAREDE - DESCRICAO: 12.000 BTUS. GARANTIA: 01 (um) ano para o equipamento e 02 (dois) anos para o compressor. MEDIDAS: ALTURA 37CM; LARGURA 56CM E PROFUNDIDADE 65CM - MARCA: SPRINGER CARRIER - MODELO: MCC125BB - SERIE: S4915B18511003	12000
27	00032885	0455 - 13202000 - SEÇÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO - SEALP100000118 - EDIFÍCIO ANEXO - TÉRREO, ALMOXARIFADO - ALMOX CHEFIA	CONDICIONADOR DE AR DE PAREDE - DESCRICAO: 12.000 BTUS. GARANTIA: 01 (um) ano para o equipamento e 02 (dois) anos para o compressor. MEDIDAS: ALTURA 37CM; LARGURA 56CM E PROFUNDIDADE 65CM - MARCA: SPRINGER CARRIER - MODELO: MCC125BB - SERIE: S4915B18510809	12000

ANEXO II - B

RELAÇÃO DE SPLITS

Item	Patrimônio	Localização	Descrição	BTUs
1	00041030	000611 - 0000000158 - GABINETE JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA - GABJT200000008 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, 1º ANDAR - GABJT2	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL DE 18.000 BTUS H, CICLO FRIO, COM ROTACAO FIXA, TENSAO 220 VOLTS. MODELO ECO ECS18F-R4. MARCA AGRATTO.	18.000
2	00040313	000611 - 0000000158 - GABINETE JUIZ KELSON CARVALHO LOPES DA SILVA - GABJT200000008 - EDIFÍCIO ANEXO -	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: HI WALL DE 30.000 BTUS. MARCA PHILCO. MODELO PAC30000FM9. - SERIE: 0410005460YN77A	30.000

		ANEXO, 1º ANDAR - GABJT2		
3	00028286	000644 - 13301000 - SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE - SEAPT100000131 - EDIFÍCIO ANEXO - SEAPT - RECEPÇÃO-PORTARIA DO PRÉDIO NOVO - SEAPT	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: 48.000 BTUS - CICLO FRIO, COMPRESSOR ROTATIVO, TENSÃO: 220V, CONTROLE REMOTO SEM FIO, TRÊS VELOCIDADES DE INSUFLAMENTO (MÍNIMO), FILTROS DE AR DE FÁCIL REMOÇÃO, ACIONAMENTO DE EMERGÊNCIA NA UNIDADE INTERNA, NO CASO DE PERDA OU DANO DO CONTROLE REMOTO. CONSUMO ENERGÉTICO: INVERTER OU EQUIVALENTE ou Classe: A de energia, - COM INSTALAÇÃOACIONAMENTO DE EMERGÊNCIA NA UNIDADE INTERNA, NO CASO DE PERDA OU DANO DO CONTROLE REMOTO. CONSUMO ENERGÉTICO: INVERTER OU EQUIVALENTE ou Classe: 2 de energia - MARCA: SPRINGER CARRIER - MODELO: SPACE	48.000
4	00035084	000644 - 13301000 - SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE - SEAPT100000131 - EDIFÍCIO ANEXO - SEAPT - RECEPÇÃO-PORTARIA DO PRÉDIO NOVO - SEAPT	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: CAPACIDADE DE 60.000 BTUS - TENSÃO: 220 VOLTS - MARCA: ELGIN - MODELO: PEFE60B4NA	60.000
5	00041037	000662 - 0000000172 - GABINETE JUÍZA LUCICLEIDE PEREIRA BELO - GABJT100000008 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, 1º ANDAR - GABJT1	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL DE 18.000 BTUS H, CICLO FRIO, COM ROTACAO FIXA, TENSAO 220 VOLTS. MODELO ECO ECS18F-R4. MARCA AGRATTO.	18.000
6	00040311	000662 - 0000000172 - GABINETE JUÍZA LUCICLEIDE PEREIRA BELO - GABJT100000008 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, 1º ANDAR - GABJT1	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: HI WALL DE 30.000 BTUS. MARCA PHILCO. MODELO PAC30000FM9. - SERIE: 0410013903YN77A	30.000

7	00038387	0142 - 13301002 - SERVIÇO DE PROTOCOLO - PROT100000117 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, TÉRREO, PROTOCOLO - 0142	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL DE 24.000 BTU/H. FRIO. 220 VOLTS. CONTROLE REMOTO. MARCA ELGIN. PARTE INTERNA NS 04669415, PARTE EXTERNA NS 04678707.	24.000
8	00038359	0146 - 13301004 - SERVIÇO DE REPROGRAFIA - REPRO000000007 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, TÉRREO - 0146	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL DE 12.000 BTU/H. FRIO. 220 VOLTS. CONTROLE REMOTO. MARCA AGRATO. PARTE INTERNA MAU 1922, PARTE EXTERNA VAM 4517.	12.000
9	00042725	0146 - 13301004 - SERVIÇO DE REPROGRAFIA - REPRO000000007 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, TÉRREO - 0146	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SPLIT DE 18.000 BTU - CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT, SYSTEM HI WALL DE 18.000 BTU/H CICLO FRIO, INVERTER, TENSÃO: 220 VOLTS. MARCA: PHILCO PAC18000IF M9W. - SERIE: 1250048287YQ79A	18.000
10	00037237	0146 - 13301004 - SERVIÇO DE REPROGRAFIA - REPRO000000007 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, TÉRREO - 0146	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT SISTEM HI WALL DE 30.000 BTU MARCA AGRATTO. PARTE INTERNA PFH 684, PARTE EXTERNA PGM 367.	30.000
11	00038405	0146 - 13301004 - SERVIÇO DE REPROGRAFIA - REPRO000000007 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, TÉRREO - 0146	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL DE 48.000 BTU/H. FRIO. 220 VOLTS. CONTROLE REMOTO. MARCA ELGIN. PARTE INTERNA NS 04520988, PARTE EXTERNA NS 04244612.	48.000
12	00037248	0394 - 00300006 - ASSESSORIA DA VICE-PRESIDÊNCIA - VICE000000008 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, 1º ANDAR - 0394	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT SISTEM HI WALL DE 30.000 BTU MARCA AGRATTO. PARTE INTERNA PFH 690, PARTE EXTERNA PGM 364.	30.000

13	00042718	0426 - 14230000 - SERVIÇO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SEAPE01010200 - EDIFÍCIO ANEXO - 4º ANDAR. - 0426	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SPLIT DE 18.000 BTU - CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT, SYSTEM HI WALL DE 18.000 BTU/H CICLO FRIO, INVERTER, TENSÃO: 220 VOLTS. MARCA: PHILCO PAC18000IF M9W. - SERIE: 1280148760YQ79A	18.000
14	00042783	0432 - 14000000 - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - SGP00000011 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, 4º ANDAR - 0432	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SPLIT 30.000 BTU INVERTER NEO AGRATTO ICS30FIR4-02 - SERIE: PARTE EXTERNA NSA103388 PARTE INTERNA YAM122099	30.000
15	00038358	0455 - 13202000 - SEÇÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO - SEALP100000118 - EDIFÍCIO ANEXO - TÉRREO, ALMOXARIFADO - ALMOX CHEFIA	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL DE 12.000 BTU/H. FRIO. 220 VOLTS. CONTROLE REMOTO. MARCA AGRATO. PARTE INTERNA MAU 1939, PARTE EXTERNA VAM 4524.	12.000
16	00038403	0455 - 13202000 - SEÇÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO - SEALP100000118 - EDIFÍCIO ANEXO - TÉRREO, ALMOXARIFADO - ALMOX CHEFIA	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL DE 48.000 BTU/H. FRIO. 220 VOLTS. CONTROLE REMOTO. MARCA ELGIN. PARTE INTERNA NS 04520892, PARTE EXTERNA NS 03910336.	48.000
17	00042937	0523 - 13301000 - SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE - SEAPT01010603 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, TÉRREO, GUARITA - 0523	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SPLIT DE 12.000 BTU - CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT SYSTEM HI WALL DE 12.000 BTU/H, SEM INSTALAÇÃO, CICLO FRIO, INVERTER, TENSÃO: 220 VOLTS. SPLIT INVERTER NEO AGRATTO ICS12FRIR4-02. - SERIE: VPD38452	12.000
18	00038357	0540 - 13301001 - SERVIÇO DE TELEFONIA - TELE000000006 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, SUBSOLO - 0540	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL DE 12.000 BTU/H. FRIO. 220 VOLTS. CONTROLE REMOTO. MARCA AGRATO. PARTE INTERNA MAU 2323, PARTE EXTERNA VAM 4581.	12.000

19	00042793	0541 - 12400000 - COORDENADORIA DE SESSÕES E APOIO AO PLENO - COSAP01010702 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, MESANINO 1, MEZANINO 2, PLENÁRIO - 0541	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: PISO-TETO ECO ELGIN PEFI60B2NC - 60.000 BTU - MARCA: ELGIN - SERIE: PARTE EXTERNA 05821121 PARTE INTERNA 08746762	60.000
20	00042794	0541 - 12400000 - COORDENADORIA DE SESSÕES E APOIO AO PLENO - COSAP01010702 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, MESANINO 1, MEZANINO 2, PLENÁRIO - 0541	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: PISO-TETO ECO ELGIN PEFI60B2NC - 60.000 BTU - MARCA: ELGIN - SERIE: PARTE EXTERNA 08643701 PARTE INTERNA 08746767	60.000
21	00042795	0541 - 12400000 - COORDENADORIA DE SESSÕES E APOIO AO PLENO - COSAP01010702 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, MESANINO 1, MEZANINO 2, PLENÁRIO - 0541	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: PISO-TETO ECO ELGIN PEFI60B2NC - 60.000 BTU - MARCA: ELGIN - SERIE: PARTE EXTERNA 08643762 PARTE INTERNA 08746760	60.000
22	00043196	0541 - 12400000 - COORDENADORIA DE SESSÕES E APOIO AO PLENO - COSAP01010702 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, MESANINO 1, MEZANINO 2, PLENÁRIO - 0541	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: UNI INT 60.000 - ELGIN - PEFI60B2NC. UNI EXT 60.000 - ELGIN - OUFE60B3CC. - SERIE: ARC092200031978	60.000
23	00043197	0541 - 12400000 - COORDENADORIA DE SESSÕES E APOIO AO PLENO - COSAP01010702 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, MESANINO 1, MEZANINO 2, PLENÁRIO - 0541	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: UNI INT 60.000 - ELGIN - PEFI60B2NC. UNI EXT 60.000 - ELGIN - OUFE60B3CC. - SERIE: ARC032200016446	60.000
24	00043199	0541 - 12400000 - COORDENADORIA DE SESSÕES E APOIO AO PLENO - COSAP01010702 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, MESANINO 1, MEZANINO 2, PLENÁRIO - 0541	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: UNI INT 60.000 - ELGIN - PEFI60B2NC. UNI EXT 60.000 - ELGIN - OUFE60B3CC. - SERIE: ARC032200016488	60.000

25	00042790	0542 - 10000200 - ASSESSORIA DA PRESIDÊNCIA - ASSPRE01010307 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, 1º ANDAR, SALÃO VERDE - 0542	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: PISO-TETO ECO ELGIN PEFI48B2NC-48.000 BTU - MARCA: ELGIN - SERIE: PARTE EXTERNA 08815975 PARTE INTERNA 08678762	48.000
26	00041052	0563 - 11000000 - DIRETORIA GERAL - DG000000005 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, 5º ANDAR - 0563	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL DE 18.000 BTUS H, CICLO FRIO, COM ROTACAO FIXA, TENSAO 220 VOLTS. MODELO ECO ECS18F-R4. MARCA AGRATTO.	18.000
27	00037235	0563 - 11000000 - DIRETORIA GERAL - DG000000005 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, 5º ANDAR - 0563	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT SISTEM HI WALL DE 30.000 BTU MARCA AGRATTO. PARTE INTERNA WCC 1539, PARTE EXTERNA TXT 2821.	30.000
28	00040260	0563 - 11000000 - DIRETORIA GERAL - DG000000005 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, 5º ANDAR - 0563	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: HI WALL, 30.000 BTUS, ECO POWER HWF130B21B, HWFE30B2NB - MARCA: ELGIN - SERIE: INTERNO 067 96174 EXTERNO 067 92299	30.000
29	00042771	0564 - 10000200 - ASSESSORIA DA PRESIDÊNCIA - ASSPRE000000005 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, 5º ANDAR - 0564	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SPLIT 12.000 BTU, AGRATTO NEO INVERTER ICS12FRIR4-02 - SERIE: PARTE EXTERNA VPE27669 PARTE INTERNA VPD35277	12.000
30	00040261	0564 - 10000200 - ASSESSORIA DA PRESIDÊNCIA - ASSPRE000000005 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, 5º ANDAR - 0564	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: HI WALL, 30.000 BTUS, ECO POWER HWF130B21B, HWFE30B2NB - MARCA: ELGIN - SERIE: INTERNO 067 96347 EXTERNO 067 92412	30.000
31	00041062	0565 - 10000000 - PRESIDÊNCIA - PRESI000000005 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, 5º ANDAR - 0565	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL DE 18.000 BTUS H, CICLO FRIO, COM ROTACAO FIXA, TENSAO 220 VOLTS. MODELO ECO ECS18F-R4. MARCA AGRATTO.	18.000

32	00040258	0565 - 10000000 - PRESIDÊNCIA - PRESI000000005 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, 5º ANDAR - 0565	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: HI WALL, 30.000 BTUS, ECO POWER HWF130B21B, HWFE30B2NB - MARCA: ELGIN - SERIE: INTERNO 067 97174 EXTERNO 067 92530	30.000
33	00042762	1401 - 14100001 - COORDENADORIA TÉCNICA - COTEC01010200 - EDIFÍCIO ANEXO - 4º ANDAR. - GABCOTEC	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SPLIT 12.000 BTU, AGRATTO NEO INVERTER ICS12FRIR4-02 - SERIE: PARTE EXTERNA VPE28124 PARTE INTERNA VPD32781	12.000
34	00042751	1404 - 14100001 - COORDENADORIA TÉCNICA - COTEC100000088 - EDIFÍCIO ANEXO - 4º ANDAR - SEAJUR	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SPLIT DE 24.000 BTU - CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT, SYSTEM HI WALL DE 24.000 BTU/H CICLO FRIO, INVERTER, TENSÃO: 220 VOLTS. AGRATTO, NEO TOP, ICST24FR402 - SERIE: JES29888	24.000
35	00035235	3001 - 13301000 - SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE - SEAPT100000085 - EDIFÍCIO ANEXO - TÉRREO, GUARITA GARAGEM - GUARITA GAR	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: 9000 BTUS - MARCA: ELGIN - MODELO: ECOPLUS 9000 BTUS - SERIE: INT 03792255 EXT 03800876	9.000
36	00041038	5009 - 00500009 - GABINETE JUIZ FEDERAL DOUTOR LUCAS ROSENDO MÁXIMO DE ARAÚJO - GABJF000000008 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, 1º ANDAR - GABJF	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL DE 18.000 BTUS H, CICLO FRIO, COM ROTACAO FIXA, TENSÃO 220 VOLTS. MODELO ECO ECS18F-R4. MARCA AGRATTO.	18.000
37	00040312	5009 - 00500009 - GABINETE JUIZ FEDERAL DOUTOR LUCAS ROSENDO MÁXIMO DE ARAÚJO - GABJF000000008 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, 1º ANDAR - GABJF	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: HI WALL DE 30.000 BTUS. MARCA PHILCO. MODELO PAC30000FM9. - SERIE: 0410005244YN77A	30.000

38	00028093	5100 - 00500001 - GABINETE DR. THIAGO MENDES DE ALMEIDA FÉRRER - GABJJ200000008 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, 1º ANDAR - GABJJ2	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL DE 12.000 BTUS - MARCA: YANG - MODELO: TCO-12-CO-AB	12.000
39	00038389	5100 - 00500001 - GABINETE DR. THIAGO MENDES DE ALMEIDA FÉRRER - GABJJ200000008 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, 1º ANDAR - GABJJ2	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL DE 24.000 BTU/H. FRIO. 220 VOLTS. CONTROLE REMOTO. MARCA ELGIN. PARTE INTERNA NS 04669448, PARTE EXTERNA NS 04670621.	24.000
40	00041044	5254 - 500001 - GABINETE JUIZ CHARLLES MAX PESSOA MARQUES DA ROCHA - GABJJ100000008 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, 1º ANDAR - GABJJ1	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL DE 18.000 BTUS H, CICLO FRIO, COM ROTACAO FIXA, TENSÃO 220 VOLTS. MODELO ECO ECS18F-R4. MARCA AGRATTO.	18.000
41	00040330	5254 - 500001 - GABINETE JUIZ CHARLLES MAX PESSOA MARQUES DA ROCHA - GABJJ100000008 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, 1º ANDAR - GABJJ1	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: HI WALL DE 30.000 BTUS. MARCA PHILCO. MODELO PAC30000FM9. - SERIE: 0410014588YN77A	30.000
42	00038382	000632 - 13301001 - SERVIÇO DE TELEFONIA - TELE01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - TELE	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL DE 22.000 BTU/H. FRIO. 220 VOLTS. CONTROLE REMOTO. MARCA AGRATO. PARTE INTERNA WBV 909, PARTE EXTERNA FKQ 6760.	22.000
43	00037230	000642 - 0000000167 - NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E GESTÃO DE CONTRATOS - NFFGC100000129 - EDIFÍCIO SEDE - 1º ANDAR - SEDE - NFFGC - NFFGC	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT SISTEM HI WALL DE 24.000 BTU MARCA ELGIN. PARTE INTERNA 04581005, PARTE EXTERNA 045733333.	24.000

44	00042781	000642 - 0000000167 - NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E GESTÃO DE CONTRATOS - NFFGC100000129 - EDIFÍCIO SEDE - 1º ANDAR - SEDE - NFFGC - NFFGC	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SPLIT 30.000 BTU INVERTER NEO AGRATTO ICS30FIR4-02 - SERIE: PARTE EXTERNA NSA103431 PARTE INTERNA YAM122094	30.000
45	00040252	000652 - 0000000170 - SETORIAL CONTÁBIL - SETCON100000140 - EDIFÍCIO SEDE - 1º ANDAR - ED SEDE - SETORIAL CONTÁBIL - SETCON	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: HI WALL, 30.000 BTUS, ECO POWER HWF130B21B, HWFE30B2NB - MARCA: ELGIN - SERIE: INTERNO 067 96182 EXTERNO 067 92175	30.000
46	00041033	000663 - 13202000 - SEÇÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO - SEALP100000151 - EDIFÍCIO SEDE - TÉRREO - ALMOX ATENDIMENTO PAW - ALMOX PAW	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL DE 18.000 BTUS H, CICLO FRIO, COM ROTACAO FIXA, TENSAO 220 VOLTS. MODELO ECO ECS18F-R4. MARCA AGRATTO.	18.000
47	00037231	000676 - 0000000177 - NÚCLEO DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO - NSEGI00101507 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR - NSEGI	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT SISTEM HI WALL DE 24.000 BTU MARCA ELGIN.	24.000
48	00031963	000677 - 12000000 - SECRETARIA JUDICIÁRIA - SJ100000161 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR, SALA DE AUDIÊNCIAS 1 (JAPE 2022) - JAPE 2022	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: TIPO SPLIT INVERTER SPARA HI WALL DE 24.000 BTUS COM CONTROLE REMOTO GARANTIA DE 02 ANOS PARA O COMPRESSOR. SÉRIE CONDENS: R001152 - MARCA: FUJITSU - MODELO: ASBA24JMCA - SERIE: EVAP E001132	24.000
49	00042780	000678 - 12000000 - SECRETARIA JUDICIÁRIA - SJ100000162 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR, SALA DE AUDIÊNCIAS 2 (AJAPE 2022) - AJAPE 2022	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SPLIT 30.000 BTU INVERTER NEO AGRATTO ICS30FIR4-02 - SERIE: PARTE EXTERNA NSA12613 PARTE INTERNA YAM122105	30.000

50	00028091	000680 - 10110000 - CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL - CRE100000165 - EDIFÍCIO SEDE - EDIFÍCIO SEDE, 4º AND, NUCLEO DE ASSSIST. PROCESSUAL AO 1º GRAU, NAPPG, CRE - NAPPG CRE	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL DE 12.000 BTUS - MARCA: YANG - MODELO: TCO-12-CO-AB	12.000
51	00042722	000680 - 10110000 - CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL - CRE100000165 - EDIFÍCIO SEDE - EDIFÍCIO SEDE, 4º AND, NUCLEO DE ASSSIST. PROCESSUAL AO 1º GRAU, NAPPG, CRE - NAPPG CRE	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SPLIT DE 18.000 BTU - CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT, SYSTEM HI WALL DE 18.000 BTU/H CICLO FRIO, INVERTER, TENSÃO: 220 VOLTS. MARCA: PHILCO PAC18000IF M9W. - SERIE: 1280134981YQ79A	18.000
52	00034782	000680 - 10110000 - CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL - CRE100000165 - EDIFÍCIO SEDE - EDIFÍCIO SEDE, 4º AND, NUCLEO DE ASSSIST. PROCESSUAL AO 1º GRAU, NAPPG, CRE - NAPPG CRE	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: 24.000 BTUS SÉRIE CONDENSADORA: 03274296 - MARCA: ELGIN - MODELO: HEFI24B2IA - SERIE: 03231541	24.000
53	00034781	000682 - 13301000 - SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE - SEAPT100000167 - EDIFÍCIO SEDE - SALA MANU PREDIAL - TÉRREO - AO LADO DO ALM PAW - SMP	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: 24.000 BTUS SÉRIE CONDENSADORA: 03274359 - MARCA: ELGIN - MODELO: HEFI24B2IA - SERIE: 03231673	24.000
54	00040263	000690 - 13301000 - SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE - SEAPT100000174 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR, SALA DE TREINAMENTOS - SEAPT - SEAPT TREINAM	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: HI WALL, 30.000 BTUS, ECO POWER HWF130B21B, HWFE30B2NB - MARCA: ELGIN - SERIE: INTERNO 067 96180 EXTERNO 067 92547	30.000

55	00040264	000690 - 13301000 - SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE - SEAPT100000174 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3ºANDAR, SALA DE TREINAMENTOS - SEAPT - SEAPT TREINAM	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: HI WALL, 30.000 BTUS, ECO POWER HWF130B21B, HWFE30B2NB - MARCA: ELGIN - SERIE: INTERNO 067 96172 EXTERNO 067 92192	30.000
56	00040265	000690 - 13301000 - SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE - SEAPT100000174 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3ºANDAR, SALA DE TREINAMENTOS - SEAPT - SEAPT TREINAM	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: HI WALL, 30.000 BTUS, ECO POWER HWF130B21B, HWFE30B2NB - MARCA: ELGIN - SERIE: INTERNO 067 97178 EXTERNO 067 92293	30.000
57	00040266	000690 - 13301000 - SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE - SEAPT100000174 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3ºANDAR, SALA DE TREINAMENTOS - SEAPT - SEAPT TREINAM	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: HI WALL, 30.000 BTUS, ECO POWER HWF130B21B, HWFE30B2NB - MARCA: ELGIN - SERIE: INTERNO....APAGADO....EXTERNO 067 92423	30.000
58	00035361	0141 - 10100000 - SERVIÇO DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL. - IMCOS00101507 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR - 0141	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL DE 12.000 BTUS - MARCA: ELGIN - MODELO: ECOPLUS 12000 BTUS	12.000
59	00035365	0141 - 10100000 - SERVIÇO DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL. - IMCOS00101507 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR - 0141	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL DE 12.000 BTUS - MARCA: ELGIN - MODELO: ECOPLUS 12000 BTUS	12.000
60	00035366	0141 - 10100000 - SERVIÇO DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL. - IMCOS00101507 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR - 0141	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL DE 12.000 BTUS - MARCA: ELGIN - MODELO: ECOPLUS 12000 BTUS	12.000

61	00035367	0141 - 10100000 - SERVIÇO DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL. - IMCOS00101507 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR - 0141	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL DE 12.000 BTUS - MARCA: ELGIN - MODELO: ECOPLUS 12000 BTUS	12.000
62	00038322	0145 - 13301000 - SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE - SEAPT01010601 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, ÁREA EXTERNA, GUARITA - 0145	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL 18.000 BTUS. MODELO AGRATTO. INTERNO NS CTT12298, EXTERNO NS FLT12158.	18.000
63	00035374	0150 - 13000000 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS - SAOF01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - 0150	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL DE 12.000 BTUS - MARCA: ELGIN - MODELO: ECOPLUS 12000 BTUS	12.000
64	00042721	0150 - 13000000 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS - SAOF01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - 0150	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SPLIT DE 18.000 BTU - CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT, SYSTEM HI WALL DE 18.000 BTU/H CICLO FRIO, INVERTER, TENSÃO: 220 VOLTS. MARCA: PHILCO PAC18000IF M9W. - SERIE: 1280149904YQ79A	18.000
65	00034786	0150 - 13000000 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS - SAOF01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - 0150	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: 30.000 BTUS SERIE CONDENSADORA: 03255382 - MARCA: ELGIN - MODELO: HEF30 - SERIE: 03256590	30.000
66	00035112	0154 - 13100000 - COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - COOF01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - 0154	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: 12.000 BTUS. Nº SÉRIE UNIDADE EXTERNA: 03492348 - MARCA: ELGIN - SERIE: INT 03484127	12.000
67	00041051	0154 - 13100000 - COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - COOF01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - 0154	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL DE 18.000 BTUS H, CICLO FRIO, COM ROTACAO FIXA, TENSAO 220 VOLTS. MODELO ECO ECS18F-R4. MARCA AGRATTO.	18.000

68	00032750	0154 - 13100000 - COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - COOF01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - 0154	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: PARA HI WALL DE 30.000 BTUS COM CONTROLE REMOTO GÁS ECOLÓGICO R410A. GARANTIA DE 1 ANO PARA O EQUIPAMENTO E 2 ANOS PARA O COMPRESSOR. SÉRIE COND.: CER51591450 - MARCA: ELECTROLUX - MODELO: TI30F - SERIE: EVAP CER50691139	30.000
69	00040318	0154 - 13100000 - COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - COOF01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - 0154	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: HI WALL DE 30.000 BTUS. MARCA PHILCO. MODELO PAC30000FM9. - SERIE: 0410002300YN77A	30.000
70	00042955	0154 - 13100000 - COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS - COOF01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - 0154	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SPLIT DE 30.000 BTU CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT, SYSTEM HI WALL DE 30.000 BTU/H, CICLO FRIO, INVERTER, TENSÃO: 220 VOLTS. SPLIT INVERTER NEO AGRATTO ICS30FIR4-02. - SERIE: YAM123053	30.000
71	00037226	0155 - 13300000 - COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO - COAAD01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - 0155	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT SISTEM HI WALL DE 12.000 BTU, MARCA AGRATTO, PARTE INTERNA PFH 2031, PARTE EXTERNA PGM 205.	12.000
72	00038369	0163 - 12200000 - COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E DOCUMENTAÇÃO - COJURD01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - 0163	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL DE 12.000 BTU/H. FRIO. 220 VOLTS. CONTROLE REMOTO. MARCA AGRATO. PARTE INTERNA MAU 1918, PARTE EXTERNA VAM 4608.	12.000
73	00028839	0163 - 12200000 - COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E DOCUMENTAÇÃO - COJURD01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR -	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: 24.000 BTUS - MARCA: ELECTROLUX - SERIE: 32000566	24.000

		0163		
74	00040255	0163 - 12200000 - COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E DOCUMENTAÇÃO - COJURD01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - 0163	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: HI WALL, 30.000 BTUS, ECO POWER HWF130B21B, HWFE30B2NB - MARCA: ELGIN - SERIE: INTERNO 067 96178 EXTERNO 067 92225	30.000
75	00041026	0166 - 12101000 - SEÇÃO DE GERENCIAMENTO DE DADOS PARTIDÁRIOS - SEGDP01010402 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 2º ANDAR - 0166	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL DE 18.000 BTUS H, CICLO FRIO, COM ROTACAO FIXA, TENSAO 220 VOLTS. MODELO ECO ECS18F-R4. MARCA AGRATTO.	18.000
76	00035133	0176 - 13200000 - COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES E PATRIMONIO - COCONP01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - 0176	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: 12000 BTUS - MARCA: ELGIN - MODELO: ECOPLUS 12000 BTUS - SERIE: INT 03760838 EXT 03760240	12.000
77	00041024	0176 - 13200000 - COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES E PATRIMONIO - COCONP01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - 0176	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL DE 18.000 BTUS H, CICLO FRIO, COM ROTACAO FIXA, TENSAO 220 VOLTS. MODELO ECO ECS18F-R4. MARCA AGRATTO.	18.000
78	00037246	0176 - 13200000 - COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES E PATRIMONIO - COCONP01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - 0176	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT SISTEM HI WALL DE 30.000 BTU MARCA AGRATTO. PARTE INTERNA PFH 693, PARTE EXTERNA PGM 1123.	30.000

79	00028631	0178 - 13301000 - SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE - SEAPT01010101 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, SUBSOLO, COPA - 0178	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: HI WALL DE 9.000 BTUS - MARCA: SPRINGER - MODELO: MAXIFLEX	9.000
80	00034788	0178 - 13301000 - SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE - SEAPT01010101 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, SUBSOLO, COPA - 0178	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: 30.000 BTUS SÉRIE CONDENSADORA: 03255413 - MARCA: ELGIN - MODELO: HEF30 - SERIE: 03258435	30.000
81	00034807	0185 - 13301000 - SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE - SEAPT100000083 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR, SALA CHEFE SEAPT - 0185	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: HIWALL CAPL. 24000 BTUS - MARCA: ELGIN - MODELO: HEFI24B2IA - SERIE: INT 03274985	24.000
82	00034808	0185 - 13301000 - SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE - SEAPT100000083 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR, SALA CHEFE SEAPT - 0185	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: HIWALL CAPL. 24000 BTUS. SÉRIE EXTERNA: 03269807 - MARCA: ELGIN - MODELO: HEFI24B2IA - SERIE: INT 03274968	24.000
83	00038312	0308 - 15100000 - COORDENADORIA DE ELEIÇÕES INFORMATIZADAS - COELEI00101507 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR - 0308	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL 18.000 BTUS. MODELO AGRATTO. INTERNO NS CTT12295, EXTERNO NS FLT12164.	18.000
84	00035284	0308 - 15100000 - COORDENADORIA DE ELEIÇÕES INFORMATIZADAS - COELEI00101507 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR - 0308	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: HI WALL DE 30.000 BTUS - MARCA: ELGIN	30.000

85	00033002	0309 - 15201000 - SEÇÃO DE LOGÍSTICA E INFORMAÇÕES - SELOGI01010402 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 2º ANDAR - 0309	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: INVERTER - 24.000 BTUS GARANTIA DE 01 ANO PARA O EQUIPAMENTO E DE 02 ANOS PARA COMPRESSOR SÉRIE COND. R002898 - MARCA: FUJITSU - MODELO: ASBA24JMCA - SERIE: EVAP E001888	24.000
86	00038325	0312 - 15200000 - COORDENADORIA DE SUPORTE TÉCNICO - COSUT00101507 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR - 0312	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL 18.000 BTUS. MODELO AGRATTO. INTERNO NS CTT12302, EXTERNO NS FLT12428.	18.000
87	00028579	0364 - 14300000 - COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - COEDE01010501 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, TÉRREO, AUDITÓRIO - 0364	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: 9.000 BTUS - CICLO FRIO, COMPRESSOR ROTATIVO, TENSÃO: 220V, CONTROLE REMOTO SEM FIO, TRÊS VELOCIDADES DE INSUFLAMENTO (MÍNIMO), FILTROS DE AR DE FÁCIL REMOÇÃO, ACIONAMENTO DE EMERGÊNCIA NA UNIDADE INTERNA, NO CASO DE PERDA OU DANO DO CONTROLE REMOTO. CONSUMO ENERGÉTICO: CLASSE ¿A¿ - MARCA: SPRINGER - MODELO: MAXIFLEX	9.000
88	00038352	0398 - 10120000 - PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL - PRE-PI01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - PRE	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL DE 12.000 BTU/H. FRIO. 220 VOLTS. CONTROLE REMOTO. MARCA AGRATO. PARTE INTERNA MAU 1923, PARTE EXTERNA VAM 4540.	12.000
89	00038373	0398 - 10120000 - PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL - PRE-PI01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - PRE	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL DE 12.000 BTU/H. FRIO. 220 VOLTS. CONTROLE REMOTO. MARCA AGRATO. PARTE INTERNA MAU 2322, PARTE EXTERNA VAM 4541.	12.000

90	00022310	0398 - 10120000 - PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL - PRE-PI01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - PRE	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: 24.000 BTUS, TENSÃO/FREQUENCIA/FASE(220/60/1), COM CONTROLE REMOTO, COPRESSOR COM GARANTIA ATÉ 24.05.2014. - MARCA: ELECTROLUX - MODELO: PEPI 24F - SERIE: 04558888	24.000
91	00038401	0398 - 10120000 - PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL - PRE-PI01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - PRE	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL DE 36.000 BTU/H. FRIO. 220 VOLTS. CONTROLE REMOTO. MARCA ELGIN. PARTE INTERNA NS 04745931, PARTE EXTERNA NS 04749424.	36.000
92	00038372	0438 - 14300000 - COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - COEDE01010512 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 4º ANDAR - 0438	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL DE 12.000 BTU/H. FRIO. 220 VOLTS. CONTROLE REMOTO. MARCA AGRATO. PARTE INTERNA MAU 2314, PARTE EXTERNA VAM 4537.	12.000
93	00032986	0438 - 14300000 - COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - COEDE01010512 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 4º ANDAR - 0438	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: INVERTER - 18.000 BTUS GARANTIA DE 01 ANO PARA EQUIPAMENTO E DE 02 ANOS PARA COMPRESSOR. SÉRIE COND. 02EYPXBGA02112 - MARCA: SAMSUNG - MODELO: ASV18PSBTN XAZ - SERIE: EVAP 02EVPXAGA02071	18.000
94	00042735	0445 - 13301000 - SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE - SEAPT00101306 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR, SALA DOS MOTORISTAS - 0445	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SPLIT DE 18.000 BTU - CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT, SYSTEM HI WALL DE 18.000 BTU/H CICLO FRIO, INVERTER, TENSÃO: 220 VOLTS. MARCA: PHILCO PAC18000IF M9W. 8	18.000
95	00020983	0449 - 00300007 - ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL - PI - EJE/PI00101507 -	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: 12000 BTUS COM CONTROLE REMOTO -	12.000

		EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR - 0449	MARCA: KOMECO - MODELO: BZS 12FC	
96	00035362	0449 - 00300007 - ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL - PI - EJE/PI00101507 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR - 0449	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL DE 12.000 BTUS - MARCA: ELGIN - MODELO: ECOPLUS 12000 BTUS	12.000
97	00022309	0449 - 00300007 - ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL - PI - EJE/PI00101507 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR - 0449	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: 18.000 BTUS, TENSÃO/FREQUENCIA/FASE (220/60/1), COM CONTROLE REMOTO, COMPRESSOR COM GARANTIA ATÉ 24.05.2014. - MARCA: ELECTROLUX - MODELO: PEPI 18F - SERIE: 04805856	18.000
98	00032997	0449 - 00300007 - ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL - PI - EJE/PI00101507 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR - 0449	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: INVERTER - 24.000 BTUS GARANTIA DE 01 ANO PARA O EQUIPAMENTO E DE 02 ANOS PARA COMPRESSOR SÉRIE COND. R002696 - MARCA: FUJITSU - MODELO: ASBA24JMCA - SERIE: EVAP E001911	24.000
99	00038324	0454 - 15000000 - SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - STI00101507 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR - 0454	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL 18.000 BTUS. MODELO AGRATTO. INTERNO NS CTT12304, EXTERNO NS FLT12425.	18.000
100	00037242	0454 - 15000000 - SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - STI00101507 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR - 0454	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT SISTEM HI WALL DE 30.000 BTU MARCA AGRATTO. PARTE INTERNA PFH 250, PARTE EXTERNA PGM 279.	30.000
101	00035110	0474 - 13300100 - SEÇÃO DE COMUNICAÇÕES - SÉCOM01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - 0474	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: 12.000 BTUS. Nº SÉRIE UNIDADE EXTERNA: 03483677 - MARCA: ELGIN - SERIE: INT 03484161	12.000

102	00037228	0475 - 15300000 - COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO E INFRAESTRUTURA - CODIN00101507 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR - 0475	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT SISTEM HI WALL DE 12.000 BTU, MARCA AGRATTO, PARTE INTERNA TXT 2907, PARTE EXTERNA WCC 1589.	12.000
103	00038326	0475 - 15300000 - COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO E INFRAESTRUTURA - CODIN00101507 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR - 0475	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL 18.000 BTUS. MODELO AGRATTO. INTERNO NS CTT12296, EXTERNO NS FLT12161.	18.000
104	00034783	0476 - 15300200 - SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES CORPORATIVAS - SEDESC100000018 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR, SALA DE ANÁLISE E PROGRAMAÇÃO - 0476	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: 24.000 BTUS SÉRIE CONDENSADORA: 03273533 - MARCA: ELGIN - MODELO: HEFI24B2IA - SERIE: 03272219	24.000
105	00035238	0501 - 11100031 - ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA - ASPLAN01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - 0501	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: 9000 BTUS - MARCA: ELGIN - MODELO: ECOPLUS 9000 BTUS - SERIE: INT 3792219 EXT 03800058	9.000
106	00035357	0501 - 11100031 - ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA - ASPLAN01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - 0501	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL DE 12.000 BTUS - MARCA: ELGIN - MODELO: ECOPLUS 12000 BTUS	12.000

107	00035359	0501 - 11100031 - ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA - ASPLAN01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - 0501	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL DE 12.000 BTUS - MARCA: ELGIN - MODELO: ECOPLUS 12000 BTUS	12.000
108	00035360	0501 - 11100031 - ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA - ASPLAN01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - 0501	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL DE 12.000 BTUS - MARCA: ELGIN - MODELO: ECOPLUS 12000 BTUS	12.000
109	00035364	0501 - 11100031 - ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA - ASPLAN01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - 0501	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL DE 12.000 BTUS - MARCA: ELGIN - MODELO: ECOPLUS 12000 BTUS	12.000
110	00035371	0501 - 11100031 - ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA - ASPLAN01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - 0501	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL DE 12.000 BTUS - MARCA: ELGIN - MODELO: ECOPLUS 12000 BTUS	12.000
111	00032990	0501 - 11100031 - ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA - ASPLAN01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - 0501	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: INVERTER - 18.000 BTUS GARANTIA DE 01 ANO PARA EQUIPAMENTO E DE 02 ANOS PARA COMPRESSOR. SÉRIE COND. 02EYPXBGA02120 - MARCA: SAMSUNG - MODELO: ASV18PSBTN XAZ - SERIE: EVAP 02EVPXAGA02244	18.000

112	00032999	0501 - 11100031 - ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA - ASPLAN01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - 0501	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: INVERTER - 24.000 BTUS GARANTIA DE 01 ANO PARA O EQUIPAMENTO E DE 02 ANOS PARA COMPRESSOR SÉRIE COND. R002899 - MARCA: FUJITSU - MODELO: ASBA24JMCA - SERIE: EVAP E002117	24.000
113	00035282	0501 - 11100031 - ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA - ASPLAN01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - 0501	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: HI WALL DE 30.000 BTUS - MARCA: ELGIN	30.000
114	00035283	0501 - 11100031 - ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA - ASPLAN01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - 0501	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: HI WALL DE 30.000 BTUS - MARCA: ELGIN	30.000
115	00038391	0515 - 15200100 - SEÇÃO DE GESTÃO DE SISTEMAS ELEITORAIS - SEGSIE01010402 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 2º ANDAR - 0515	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL DE 24.000 BTU/H. FRIO. 220 VOLTS. CONTROLE REMOTO. MARCA ELGIN. PARTE INTERNA NS 04669406, PARTE EXTERNA NS 04670610.	24.000
116	00034784	0517 - 15200200 - SEÇÃO DE APOIO AO USUÁRIO - SEAU00101507 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR - 0517	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: 24.000 BTUS SÉRIE CONDENSADORA: 03274369 - MARCA: ELGIN - MODELO: HEFI24B2IA - SERIE: 03231500	24.000
117	00038385	0518 - 15200200 - SEÇÃO DE APOIO AO USUÁRIO - SEAU01010509 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR, MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS - 0518	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL DE 22.000 BTU/H. FRIO. 220 VOLTS. CONTROLE REMOTO. MARCA AGRATO. PARTE INTERNA WBV 901, PARTE EXTERNA FKQ 6751.	22.000

118	00042755	0518 - 15200200 - SEÇÃO DE APOIO AO USUÁRIO - SEAU01010509 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR, MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS - 0518	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SPLIT DE 24.000 BTU - CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT, SYSTEM HI WALL DE 24.000 BTU/H CICLO FRIO, INVERTER, TENSÃO: 220 VOLTS. AGRATTO, NEO TOP, ICST24FR402 - SERIE: JES28265	24.000
119	00034785	0519 - 15200200 - SEÇÃO DE APOIO AO USUÁRIO - SEAU01010506 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR, DEPÓSITO - 0519	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: 24.000 BTUS SÉRIE CONDENSADORA: 03274304 - MARCA: ELGIN - MODELO: HEFI24B2IA - SERIE: 03231668	24.000
120	00028838	0524 - 15300100 - SEÇÃO DE INFRAESTRUTURA - SEINF01010511 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR, - 0524	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: 24.000 BTUS - MARCA: ELECTROLUX - SERIE: 32000827	24.000
121	00042753	0524 - 15300100 - SEÇÃO DE INFRAESTRUTURA - SEINF01010511 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR, - 0524	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SPLIT DE 24.000 BTU - CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT, SYSTEM HI WALL DE 24.000 BTU/H CICLO FRIO, INVERTER, TENSÃO: 220 VOLTS. AGRATTO, NEO TOP, ICST24FR402 - SERIE: JES29938	24.000
122	00037255	0533 - 15300100 - SEÇÃO DE INFRAESTRUTURA - SEINF100000012 - EDIFÍCIO SEDE - TÉRREO - DATACENTER II - DATACENTER II	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT SISTEM HI WALL DE 48.000 BTU MARCA ELGIN. PARTE INTERNA 04521056, PARTE EXTERNA 04244566.	48.000
123	00035132	0586 - 14300200 - SEÇÃO DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL - SECADO01010512 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 4º ANDAR - SECADO	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: 12000 BTUS. SÉRIE EXTERNA 03760231 - MARCA: ELGIN - MODELO: ECOPLUS 12000 BTUS - SERIE: 03760851	12.000

124	00038318	0586 - 14300200 - SEÇÃO DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL - SECADO01010512 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 4º ANDAR - SECADO	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL 18.000 BTUS. MODELO AGRATTO. INTERNO NS CTT12299, EXTERNO NS FLT12163.	18.000
125	00041031	0586 - 14300200 - SEÇÃO DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL - SECADO01010512 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 4º ANDAR - SECADO	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL DE 18.000 BTUS H, CICLO FRIO, COM ROTACAO FIXA, TENSAO 220 VOLTS. MODELO ECO ECS18F-R4. MARCA AGRATTO.	18.000
126	00041057	0586 - 14300200 - SEÇÃO DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL - SECADO01010512 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 4º ANDAR - SECADO	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL DE 18.000 BTUS H, CICLO FRIO, COM ROTACAO FIXA, TENSAO 220 VOLTS. MODELO ECO ECS18F-R4. MARCA AGRATTO.	18.000
127	00037234	0586 - 14300200 - SEÇÃO DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL - SECADO01010512 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 4º ANDAR - SECADO	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT SISTEM HI WALL DE 24.000 BTU MARCA ELGIN. PARTE INTERNA 04580903, PARTE EXTERNA 04573318.	24.000
128	00035236	0587 - 13301000 - SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE - SEAPT100000000 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, TÉRREO, RESTAURANTE - SEAPT REST	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: 9000 BTUS - MARCA: ELGIN - MODELO: ECOPLUS 9000 BTUS - SERIE: INT 03792254 EXT 03800094	9.000
129	00020497	0587 - 13301000 - SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE - SEAPT100000000 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, TÉRREO, RESTAURANTE - SEAPT REST	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: VAZÃO DE AR 1700M/H COM CONTROLE REMOTO MARCA: ELETROLUX MODELO: CF60 - MARCA: ELECTROLUX - MODELO: CF 60	60.000

130	00042752	0588 - 00000144 - OUVIDORIA - OUVIDORIA00101507 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR - OUVIDORIA	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAÇÃO: SPLIT DE 24.000 BTU - CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT, SYSTEM HI WALL DE 24.000 BTU/H CICLO FRIO, INVERTER, TENSÃO: 220 VOLTS. AGRATTO, NEO TOP, ICST24FR402 - SERIE: JES28756	24.000
131	00037249	0588 - 00000144 - OUVIDORIA - OUVIDORIA00101507 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR - OUVIDORIA	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAÇÃO: CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT SYSTEM HI WALL DE 30.000 BTU MARCA AGRATTO. PARTE INTERNA PFH 680, PARTE EXTERNA PGM 280.	30.000
132	00040253	0605 - 15200000 - COORDENADORIA DE SUPORTE TÉCNICO - COSUT100000006 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR, CENTRAL DE SERVIÇOS - CS	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAÇÃO: HI WALL, 30.000 BTUS, ECO POWER HWF130B21B, HWFE30B2NB - MARCA: ELGIN - SERIE: INTERNO 067 96181 EXTERNO 067 92214	30.000
133	00040254	0605 - 15200000 - COORDENADORIA DE SUPORTE TÉCNICO - COSUT100000006 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR, CENTRAL DE SERVIÇOS - CS	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAÇÃO: HI WALL, 30.000 BTUS, ECO POWER HWF130B21B, HWFE30B2NB - MARCA: ELGIN - SERIE: INTERNO....APAGADO.... EXTERNO 067 92169	30.000
134	00032220	1405 - 14000000 - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - SGP100000029 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, TÉRREO, SAS - SERV. ASSIST. MÉDICA	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAÇÃO: SYSTEM HI WALL 12000 BTUS, SEM INSTALAÇÃO, CICLO FRIO. SÉRIE CONDENS. 000111957 - MARCA: STARCOOL - MODELO: AUS12C63F130P - SERIE: EVAP000110965	12.000
135	00042939	1405 - 14000000 - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - SGP100000029 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, TÉRREO, SAS - SERV. ASSIST. MÉDICA	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAÇÃO: SPLIT DE 12.000 BTU - CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT SYSTEM HI WALL DE 12.000 BTU/H, SEM INSTALAÇÃO, CICLO FRIO, INVERTER, TENSÃO: 220 VOLTS. SPLIT INVERTER NEO AGRATTO ICS12FRIR4-02. - SERIE: VPD38465	12.000

136	00042940	1405 - 14000000 - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - SGP100000029 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, TÉRREO, SAS - SERV. ASSIST. MÉDICA	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SPLIT DE 12.000 BTU - CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT SYSTEM HI WALL DE 12.000 BTU/H, SEM INSTALAÇÃO, CICLO FRIO, INVERTER, TENSÃO: 220 VOLTS. SPLIT INVERTER NEO AGRATTO ICS12FRIR4-02. - SERIE: VPD38467	12.000
137	00042944	1405 - 14000000 - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - SGP100000029 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, TÉRREO, SAS - SERV. ASSIST. MÉDICA	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SPLIT DE 12.000 BTU - CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT SYSTEM HI WALL DE 12.000 BTU/H, SEM INSTALAÇÃO, CICLO FRIO, INVERTER, TENSÃO: 220 VOLTS. SPLIT INVERTER NEO AGRATTO ICS12FRIR4-02. - SERIE: VPD39879	12.000
138	00042723	1405 - 14000000 - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - SGP100000029 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, TÉRREO, SAS - SERV. ASSIST. MÉDICA	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SPLIT DE 18.000 BTU - CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT, SYSTEM HI WALL DE 18.000 BTU/H CICLO FRIO, INVERTER, TENSÃO: 220 VOLTS. MARCA: PHILCO PAC18000IF M9W. - SERIE: 1280134214YQ79A	18.000
139	00042724	1405 - 14000000 - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - SGP100000029 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, TÉRREO, SAS - SERV. ASSIST. MÉDICA	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SPLIT DE 18.000 BTU - CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT, SYSTEM HI WALL DE 18.000 BTU/H CICLO FRIO, INVERTER, TENSÃO: 220 VOLTS. MARCA: PHILCO PAC18000IF M9W. - SERIE: 1280021633YQ79A	18.000
140	00042733	1405 - 14000000 - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - SGP100000029 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, TÉRREO, SAS - SERV. ASSIST. MÉDICA	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SPLIT DE 18.000 BTU - CONDICIONADOR DE AR TIPO SPLIT, SYSTEM HI WALL DE 18.000 BTU/H CICLO FRIO, INVERTER, TENSÃO: 220 VOLTS. MARCA: PHILCO PAC18000IF M9W. 8	18.000

141	00031964	1405 - 14000000 - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - SGP100000029 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, TÉRREO, SAS - SERV. ASSIST. MÉDICA	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: TIPO SPLIT INVERTER SPARA HI WALL DE 24.000 BTUS COM CONTROLE REMOTO GARANTIA DE 02 ANOS PARA O COMPRESSOR. SÉRIE CONDENS: R001137 - MARCA: FUJITSU - MODELO: ASBA24JMCA - SERIE: EVAP E001054	24.000
142	00032223	1515 - 15201520 - SERVIÇO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA - ENARQ01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - ENARQ	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL 12000 BTUS, SEM INSTALAÇÃO, CICLO FRIO. SÉRIE CONDENS. 000112011 - MARCA: STARCOOL - MODELO: AUS12C63F130P - SERIE: EVAP000110990	12.000
143	00038361	1515 - 15201520 - SERVIÇO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA - ENARQ01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - ENARQ	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL DE 12.000 BTU/H. FRIO. 220 VOLTS. CONTROLE REMOTO. MARCA AGRATO. PARTE INTERNA MAU 1928, PARTE EXTERNA VAM 4552.	12.000
144	00038381	1515 - 15201520 - SERVIÇO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA - ENARQ01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - ENARQ	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL DE 22.000 BTU/H. FRIO. 220 VOLTS. CONTROLE REMOTO. MARCA AGRATO. PARTE INTERNA WBV 911, PARTE EXTERNA FKQ 6790.	22.000
145	00032995	1515 - 15201520 - SERVIÇO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA - ENARQ01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - ENARQ	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: INVERTER - 24.000 BTUS GARANTIA DE 01 ANO PARA O EQUIPAMENTO E DE 02 ANOS PARA COMPRESSOR. SÉRIE COND. R003346 - MARCA: FUJITSU - MODELO: ASBA24JMCA - SERIE: EVAP E001880	24.000
146	00032998	1515 - 15201520 - SERVIÇO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA - ENARQ01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - ENARQ	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: INVERTER - 24.000 BTUS GARANTIA DE 01 ANO PARA O EQUIPAMENTO E DE 02 ANOS PARA COMPRESSOR SÉRIE COND. R003344 - MARCA: FUJITSU - MODELO: ASBA24JMCA - SERIE: EVAP E003227	24.000

147	00037229	2515 - 12200100 - SEÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA E BIBLIOTECA - SEJUB100000016 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR - BIBLIOTECA - BIBLIOTECA	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: CONDICIONADOR DE AR DO TIPO SPLIT SISTEM HI WALL DE 24.000 BTU MARCA ELGIN. PARTE INTERNA 04581019, PARTE EXTERNA 04573320. - MARCA: ELGIN	24.000
148	00028288	2515 - 12200100 - SEÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA E BIBLIOTECA - SEJUB100000016 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR - BIBLIOTECA - BIBLIOTECA	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: 48.000 BTUS - CICLO FRIO, COMPRESSOR ROTATIVO, TENSÃO: 220V, CONTROLE REMOTO SEM FIO, TRÊS VELOCIDADES DE INSUFLAMENTO (MÍNIMO), FILTROS DE AR DE FÁCIL REMOÇÃO, ACIONAMENTO DE EMERGÊNCIA NA UNIDADE INTERNA, NO CASO DE PERDA OU DANO DO CONTROLE REMOTO. CONSUMO ENERGÉTICO: INVERTER OU EQUIVALENTE ou Classe: A de energia, - COM INSTALAÇÃOACIONAMENTO DE EMERGÊNCIA NA UNIDADE INTERNA, NO CASO DE PERDA OU DANO DO CONTROLE REMOTO. CONSUMO ENERGÉTICO: INVERTER OU EQUIVALENTE ou Classe: 2 de energia - MARCA: SPRINGER CARRIER - MODELO: SPACE	48.000
149	00035081	2515 - 12200100 - SEÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA E BIBLIOTECA - SEJUB100000016 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR - BIBLIOTECA - BIBLIOTECA	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: CAPACIDADE DE 48.000 BTUS - TENSÃO: 220 VOLTS - MARCA: ELGIN - MODELO: PEFE48B4NA - SERIE: INTERNA 03342647 - EXTERNA 42757003362923140317	48.000
150	00041027	9185 - 0890 - GABINETE DA POLICIA JUDICIAL E INTELIGENCIA - GPJI EX-SERSIN100000163 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR, EX SERSIN - SERSIN	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL DE 18.000 BTUS H, CICLO FRIO, COM ROTACAO FIXA, TENSÃO 220 VOLTS. MODELO ECO ECS18F-R4. MARCA AGRATTO.	18.000

151	00041042	9185 - 0890 - GABINETE DA POLICIA JUDICIAL E INTELIGENCIA - GPJI EX-SERSIN100000163 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR, EX SERSIN - SERSIN	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL DE 18.000 BTUS H, CICLO FRIO, COM ROTACAO FIXA, TENSAO 220 VOLTS. MODELO ECO ECS18F-R4. MARCA AGRATTO.	18.000
152	00041043	9185 - 0890 - GABINETE DA POLICIA JUDICIAL E INTELIGENCIA - GPJI EX-SERSIN100000163 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR, EX SERSIN - SERSIN	CONDICIONADOR DE AR DE TETO TIPO SPLIT - DESCRICAO: SYSTEM HI WALL DE 18.000 BTUS H, CICLO FRIO, COM ROTACAO FIXA, TENSAO 220 VOLTS. MODELO ECO ECS18F-R4. MARCA AGRATTO.	18.000

ANEXO II - C		
RELAÇÃO DE MULTI SPLITS		
Item	Localização	Descrição
1	0455 - 13202000 - SEÇÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO - SEALP100000118 - EDIFÍCIO ANEXO - TÉRREO, ALMOXARIFADO - ALMOX CHEFIA	Springer - Cond. 5TR 38CCD060235MC, Evap. 7,5TR 40MSB090TFR
2	0455 - 13202000 - SEÇÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO - SEALP100000118 - EDIFÍCIO ANEXO - TÉRREO, ALMOXARIFADO - ALMOX CHEFIA	Springer - Cond. 5TR 38CCD060235MC, Evap. 7,5TR 40MSB090TFR
3	0455 - 13202000 - SEÇÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO - SEALP100000118 - EDIFÍCIO ANEXO - TÉRREO, ALMOXARIFADO - ALMOX CHEFIA	Springer - Cond. 5TR 38CCD060235MC, Evap. 7,5TR 40MSB090TFR
4	0455 - 13202000 - SEÇÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO - SEALP100000118 - EDIFÍCIO ANEXO - TÉRREO, ALMOXARIFADO - ALMOX CHEFIA	Springer - Cond. 5TR 38CCD060235MC, Evap. 7,5TR 40MSB090TFR
5	0455 - 13202000 - SEÇÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO - SEALP100000118 - EDIFÍCIO ANEXO - TÉRREO, ALMOXARIFADO - ALMOX CHEFIA	Springer - Cond. 5TR 38CCD060235MC, Evap. 7,5TR 40MSB090TFR
6	0455 - 13202000 - SEÇÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO - SEALP100000118 - EDIFÍCIO ANEXO - TÉRREO, ALMOXARIFADO - ALMOX CHEFIA	Springer - Cond. 5TR 38CCD060235MC, Evap. 7,5TR 40MSB090TFR

ANEXO II - D		
RELAÇÃO DE SELF's CONTAINED		
Item	Localização	Descrição
1	1º ANDAR - Edifício Sede	SELF CONTAINED 40BZA14386TS(12,5 TR)/40BVA14236VS(12,5 TR)
2	1º ANDAR - Edifício Sede	SELF CONTAINED 40BZA14386TS(12,5 TR)/40BVA14236VS(12,5 TR)
3	2º ANDAR - Edifício Sede	SELF CONTAINED 40BZA14386TS(12,5 TR)/40BVA14236VS(12,5 TR)
4	2º ANDAR - Edifício Sede	SELF CONTAINED 40BZA14386TS(12,5 TR)/40BVA14236VS(12,5 TR)
5	3º ANDAR - Edifício Sede	SELF CONTAINED 40BZA14386TS(12,5 TR)/40BVA14236VS(12,5 TR)
6	3º ANDAR - Edifício Sede	SELF CONTAINED 40BZA14386TS(12,5 TR)/40BVA14236VS(12,5 TR)
7	4º ANDAR - Edifício Sede	SELF CONTAINED 40BZA14386TS(12,5 TR)/40BVA14236VS(12,5 TR)
6	4º ANDAR - Edifício Sede	SELF CONTAINED 40BZA14386TS(12,5 TR)/40BVA14236VS(12,5 TR)
9	5º ANDAR - Edifício Sede	SELF CONTAINED 40MSB120TFR(10 TR)/40MSB150236VS(12,5TR)
10	5º ANDAR - Edifício Sede	SELF CONTAINED 40MSB150TFR(12,5 TR)/40MSB150236VS(12,5 TR)

ANEXO II - E			
RELAÇÃO DE BEBEDOUROS			
Item	Patrimônio	Descrição	Localização
1	00013331	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - MARCA: MASTERFRIO - MODELO: ICY - SERIE: 14833	000682 - 13301000 - SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE - SEAPT100000167 - EDIFÍCIO SEDE - SALA MANU PREDIAL - TÉRREO - AO LADO DO ALM PAW - SMP
2	00013783	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE MESA - DESCRICAO: COR BRANCA - MARCA: ESMALTEC - MODELO: GNMC - SERIE: 04081931003301	0148 - 13202000 - SEÇÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO - SEALP01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - ANTIGO 01º ANDAR
3	00021000	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - MARCA: ESMALTEC - MODELO: EGC35B - SERIE: 11011131565867	0474 - 13300100 - SEÇÃO DE COMUNICAÇÕES - SECOM01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - 0474
4	00021002	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - MARCA: ESMALTEC - MODELO: EGC35B - SERIE: 11011131565910	0454 - 15000000 - SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - STI00101507 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR - 0454
5	00021004	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - MARCA: ESMALTEC - MODELO: EGC35B - SERIE: 11010431561663	0476 - 15300200 - SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES CORPORATIVAS - SEDESC100000018 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR, SALA DE ANÁLISE E PROGRAMAÇÃO - 0476

6	00021007	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - MARCA: ESMALTEC - MODELO: EGC35B - SERIE: 11011131565941	0476 - 15300200 - SEÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DE SOLUÇÕES CORPORATIVAS - SEDESC100000018 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR, SALA DE ANÁLISE E PROGRAMAÇÃO - 0476
7	00021010	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - MARCA: ESMALTEC - MODELO: EGC35B - SERIE: 11011131565868	0308 - 15100000 - COORDENADORIA DE ELEIÇÕES INFORMATIZADAS - COELEI00101507 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR - 0308
8	00021012	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - MARCA: ESMALTEC - MODELO: EGC35B - SERIE: 11011131565939	0185 - 13301000 - SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE - SEAPT100000083 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR, SALA CHEFE SEAPT - 0185
9	00021013	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - MARCA: ESMALTEC - MODELO: EGC35B - SERIE: 11011131565931	0178 - 13301000 - SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE - SEAPT01010101 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, SUBSOLO, COPA - 0178
10	00022425	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - DESCRICAO: CAPACIDADE PARA GARRAÇÃO DE 20 LITROS, COM 02 TORNEIRAS, 220V, CONTROLE DE TEMPERATURA EXTERNO REGULÁVEL (03 NIVEIS), SELO INMETRO. - MARCA: ESMALTEC - MODELO: EGC35B - SERIE: 11070599589903	0591 - 13301000 - SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE - SEAPT01010512 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 4º ANDAR - SEAPT
11	00026099	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - DESCRICAO: 20 LITROS - MARCA: ESMALTEC - MODELO: EGC35B - SERIE: 12092006847446	0586 - 14300200 - SEÇÃO DE CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL - SECADO01010512 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 4º ANDAR - SECADO

12	00026101	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - DESCRICAO: 20 LITROS - MARCA: ESMALTEC - MODELO: EGC35B	1405 - 14000000 - SECRETARIA DE GESTÃO DE PESSOAS - SGP100000029 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, TÉRREO, SAS - SERV. ASSIST. MÉDICA
13	00026117	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - DESCRICAO: 20 LITROS - MARCA: ESMALTEC - MODELO: EGC35B	0141 - 10100000 - SERVIÇO DE IMPRENSA E COMUNICAÇÃO SOCIAL. - IMCOS00101507 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR - 0141
14	00031072	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - MARCA: ESMALTEC - MODELO: EGC35B	0185 - 13301000 - SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE - SEAPT100000083 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR, SALA CHEFE SEAPT - 0185
15	00031074	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - MARCA: ESMALTEC - MODELO: EGC35B	0145 - 13301000 - SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE - SEAPT01010601 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, ÁREA EXTERNA, GUARITA - 0145
16	00032098	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - DESCRICAO: CAPACIDADE PARA O GARRAFÃO DE 20 L - MARCA: ESMALTEC - MODELO: EGC35B - SERIE: 14101606256592	2515 - 12200100 - SEÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA E BIBLIOTECA - SEJUB100000016 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR - BIBLIOTECA - BIBLIOTECA
17	00032101	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - DESCRICAO: CAPACIDADE PARA O GARRAFÃO DE 20 L - MARCA: ESMALTEC - MODELO: EGC35B - SERIE: 14082106216439	2515 - 12200100 - SEÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA E BIBLIOTECA - SEJUB100000016 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR - BIBLIOTECA - BIBLIOTECA
18	00032563	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - DESCRICAO: CAPACIDADE PARA GARRAFÃO DE 20L, RESFRIAMENTO AUTOMÁTICO - MARCA: ESMALTEC - MODELO: EGC35B - SERIE: 15070706504045	0176 - 13200000 - COORDENADORIA DE CONTRATAÇÕES E PATRIMONIO - COCONP01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - 0176

19	00032564	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - DESCRICAO: CAPACIDADE PARA GARRAFÃO DE 20L, RESFRIAMENTO AUTOMÁTICO - MARCA: ESMALTEC - MODELO: EGC35B - SERIE: 15070706504312	0398 - 10120000 - PROCURADORIA REGIONAL ELEITORAL - PRE-PI01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - PRE
20	00032568	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - DESCRICAO: CAPACIDADE PARA GARRAFÃO DE 20L, RESFRIAMENTO AUTOMÁTICO - MARCA: ESMALTEC - MODELO: EGC35B - SERIE: 15070706504314	0150 - 13000000 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, ORÇAMENTO E FINANÇAS - SAOF01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - 0150
21	00032569	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - DESCRICAO: CAPACIDADE PARA GARRAFÃO DE 20L, RESFRIAMENTO AUTOMÁTICO - MARCA: ESMALTEC - MODELO: EGC35B - SERIE: 15070706504326	0588 - 00000144 - OUVIDORIA - OUVIDORIA00101507 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR - OUVIDORIA
22	00034954	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - MARCA: ESMALTEC - MODELO: EGC35B - SERIE: 17042006723932	0163 - 12200000 - COORDENADORIA DE JURISPRUDÊNCIA E DOCUMENTAÇÃO - COJURD01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - 0163
23	00034957	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - MARCA: ESMALTEC - MODELO: EGC35B - SERIE: 17042006724366	000663 - 13202000 - SEÇÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO - SEALP100000151 - EDIFÍCIO SEDE - TÉRREO - ALMOX ATENDIMENTO PAW - ALMOX PAW
24	00034959	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - MARCA: ESMALTEC - MODELO: EGC35B - SERIE: 17042006724362	0501 - 11100031 - ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA - ASPLAN01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - 0501
25	00034966	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - MARCA: ESMALTEC - MODELO: EGC35B - SERIE: 17042006723948	000642 - 0000000167 - NÚCLEO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E GESTÃO DE CONTRATOS - NFFGC100000129 - EDIFÍCIO SEDE - 1º ANDAR - SEDE - NFFGC - NFFGC

26	00034969	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - MARCA: ESMALTEC - MODELO: EGC35B - SERIE: 17042006723955	0524 - 15300100 - SEÇÃO DE INFRAESTRUTURA - SEINF01010511 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR, - 0524
27	00034975	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - MARCA: ESMALTEC - MODELO: EGC35B - SERIE: 17042006724342	0501 - 11100031 - ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ESTRATÉGICA - ASPLAN01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - 0501
28	00034980	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - MARCA: ESMALTEC - MODELO: EGC35B - SERIE: 17042006723860	0549 - 13301000 - SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE - SEAPT01010202 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, TÉRREO, CORREDOR DE ACESSO À GRÁFICA - 0549
29	00039377	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - DESCRICAO: BEBEDOURO STILLE MASTER BEGEL BRANCO - 220 V. - SERIE: 028354	0155 - 13300000 - COORDENADORIA DE APOIO ADMINISTRATIVO - COAAD01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - 0155
30	00040287	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - DESCRICAO: CAPACIDADE DE 20 LITROS. MARCA ESMALTEC. MODELO EGC35. - SERIE: 20092506281619	000690 - 13301000 - SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE - SEAPT100000174 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3ºANDAR, SALA DE TREINAMENTOS - SEAPT - SEAPT TREINAM
31	00040299	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - DESCRICAO: CAPACIDADE DE 20 LITROS. MARCA ESMALTEC. MODELO EGC35. - SERIE: 20102906302522	000652 - 0000000170 - SETORIAL CONTÁBIL - SETCON100000140 - EDIFÍCIO SEDE - 1º ANDAR - ED SEDE - SETORIAL CONTÁBIL - SETCON
32	00040300	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - DESCRICAO: CAPACIDADE DE 20 LITROS. MARCA ESMALTEC. MODELO EGC35. - SERIE: 20111206310068	9185 - 0890 - GABINETE DA POLICIA JUDICIAL E INTELIGENCIA - GPJI EX-SERSIN100000163 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR, EX SERSIN - SERSIN

33	00043440	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - DESCRICAO: VOLTAGEM: 220. MARCA MODELO: KARINA/K20.	1515 - 15201520 - SERVIÇO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA - ENARQ01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - ENARQ
34	00043448	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - DESCRICAO: VOLTAGEM: 220. MARCA MODELO: KARINA/K20.	0438 - 14300000 - COORDENADORIA DE EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - COEDE01010512 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 4º ANDAR - 0438
35	00043449	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - DESCRICAO: VOLTAGEM: 220. MARCA MODELO: KARINA/K20.	0166 - 12101000 - SEÇÃO DE GERENCIAMENTO DE DADOS PARTIDÁRIOS - SEGDP01010402 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 2º ANDAR - 0166
36	00043450	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - DESCRICAO: VOLTAGEM: 220. MARCA MODELO: KARINA/K20.	0449 - 00300007 - ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL - PI - EJE/PI00101507 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR - 0449
37	00043463	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - DESCRICAO: VOLTAGEM: 220. MARCA MODELO: KARINA/K20.	0584 - 00000142 - NAAPC - NÚCLEO DE ASSISTÊNCIA E APOIO À PRESTAÇÃO DE CONTAS - NAAPC100000120 - EDIFÍCIO SEDE - 1º ANDAR - NAAPC
38	00002192	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - MARCA: BELLIERE - MODELO: GLP202AL - SERIE: 112E835476	0455 - 13202000 - SEÇÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO - SEALP100000118 - EDIFÍCIO ANEXO - TÉRREO, ALMOXARIFADO - ALMOX CHEFIA
39	00013121	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - MARCA: MASTERFRIO - MODELO: ICY - SERIE: 14947	0455 - 13202000 - SEÇÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO - SEALP100000118 - EDIFÍCIO ANEXO - TÉRREO, ALMOXARIFADO - ALMOX CHEFIA

40	00013127	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - MARCA: MASTERFRIO - MODELO: ICY - SERIE: 14945	0455 - 13202000 - SEÇÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO - SEALP100000118 - EDIFÍCIO ANEXO - TÉRREO, ALMOXARIFADO - ALMOX CHEFIA
41	00013289	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - MARCA: MASTERFRIO - MODELO: ICY - SERIE: 15891	0455 - 13202000 - SEÇÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO - SEALP100000118 - EDIFÍCIO ANEXO - TÉRREO, ALMOXARIFADO - ALMOX CHEFIA
42	00013332	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - MARCA: MASTERFRIO - MODELO: ICY - SERIE: 114972	0455 - 13202000 - SEÇÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO - SEALP100000118 - EDIFÍCIO ANEXO - TÉRREO, ALMOXARIFADO - ALMOX CHEFIA
43	00013336	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - MARCA: MASTERFRIO - MODELO: ICY - SERIE: 15901	0455 - 13202000 - SEÇÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO - SEALP100000118 - EDIFÍCIO ANEXO - TÉRREO, ALMOXARIFADO - ALMOX CHEFIA
44	00013338	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - MARCA: MASTERFRIO - MODELO: ICY - SERIE: 14832	3001 - 13301000 - SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE - SEAPT100000085 - EDIFÍCIO ANEXO - TÉRREO, GUARITA GARAGEM - GUARITA GAR
45	00013341	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - MARCA: MASTERFRIO - MODELO: ICY - SERIE: 14963	0455 - 13202000 - SEÇÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO - SEALP100000118 - EDIFÍCIO ANEXO - TÉRREO, ALMOXARIFADO - ALMOX CHEFIA
46	00020998	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - MARCA: ESMALTEC - MODELO: EGC35B - SERIE: 11011131565929	0428 - 12030000 - SEÇÃO DE CONTROLE, AUTUAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS - SECADP00000009 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, 2º ANDAR - 0428

47	00020999	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - MARCA: ESMALTEC - MODELO: EGC35B - SERIE: 11010431561668	0180 - 13301000 - SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE - SEAPT01010200 - EDIFÍCIO ANEXO - 4º ANDAR. - 0180
48	00026100	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - DESCRICAO: 20 LITROS - MARCA: ESMALTEC - MODELO: EGC35B	0485 - 13301000 - SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE - SEAPT00000010 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, 3º ANDAR - 0485
49	00026104	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - DESCRICAO: 20 LITROS - MARCA: ESMALTEC - MODELO: EGC35B	0523 - 13301000 - SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE - SEAPT01010603 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, TÉRREO, GUARITA - 0523
50	00026108	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - DESCRICAO: 20 LITROS - MARCA: ESMALTEC - MODELO: EGC35B	0407 - 13301000 - SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE - SEAPT00000007 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, TÉRREO - 0407
51	00026115	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - DESCRICAO: 20 LITROS - MARCA: ESMALTEC - MODELO: EGC35B	0146 - 13301004 - SERVIÇO DE REPROGRAFIA - REPRO00000007 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, TÉRREO - 0146
52	00032099	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - DESCRICAO: CAPACIDADE PARA O GARRAFÃO DE 20 L - MARCA: ESMALTEC - MODELO: EGC35B - SERIE: 14073106198901	1404 - 14100001 - COORDENADORIA TÉCNICA - COTEC100000088 - EDIFÍCIO ANEXO - 4º ANDAR - SEAJUR
53	00032567	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - DESCRICAO: CAPACIDADE PARA GARRAFÃO DE 20L, RESFRIAMENTO AUTOMÁTICO - MARCA: ESMALTEC - MODELO: EGC35B - SERIE: 15070706504320	0561 - 13301000 - SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE - SEAPT00000005 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, 5º ANDAR - 0561

54	00032570	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - DESCRICAO: CAPACIDADE PARA GARRAFÃO DE 20L, RESFRIAMENTO AUTOMÁTICO - MARCA: ESMALTEC - MODELO: EGC35B - SERIE: 15070706504302	0455 - 13202000 - SEÇÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO - SEALP100000118 - EDIFÍCIO ANEXO - TÉRREO, ALMOXARIFADO - ALMOX CHEFIA
55	00032571	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - DESCRICAO: CAPACIDADE PARA GARRAFÃO DE 20L, RESFRIAMENTO AUTOMÁTICO - MARCA: ESMALTEC - MODELO: EGC35B - SERIE: 15070706504298	0563 - 11000000 - DIRETORIA GERAL - DG000000005 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, 5º ANDAR - 0563
56	00034953	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - MARCA: ESMALTEC - MODELO: EGC35B - SERIE: 17042006723946	0633 - 13301000 - SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE - SEAPT00000011 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, 4º ANDAR - SEAPT
57	00034956	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - MARCA: ESMALTEC - MODELO: EGC35B - SERIE: 17042006724340	000681 - 13301000 - SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE - SEAPT100000166 - EDIFÍCIO ANEXO - ED. ANEXO, NO CORREDOR DO 1º ANDAR, GAB DOS JUÍZES MEMBROS DA CORTE - SEAPT 1º ANDAR
58	00034961	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - MARCA: ESMALTEC - MODELO: EGC35B - SERIE: 17042006724383	0630 - 13301000 - SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE - SEAPT00000013 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, MEZANINO 1 - SEAPT
59	00034964	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - MARCA: ESMALTEC - MODELO: EGC35B - SERIE: 17042006724090	0426 - 14230000 - SERVIÇO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES - SEAPE01010200 - EDIFÍCIO ANEXO - 4º ANDAR. - 0426
60	00034968	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - MARCA: ESMALTEC - MODELO: EGC35B - SERIE: 17042006723694	0422 - 11100000 - COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA - COAUDI00000010 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, 3º ANDAR - 0422

61	00034974	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - MARCA: ESMALTEC - MODELO: EGC35B - SERIE: 17042006724364	0455 - 13202000 - SEÇÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO - SEALP100000118 - EDIFÍCIO ANEXO - TÉRREO, ALMOXARIFADO - ALMOX CHEFIA
62	00039381	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - DESCRICAO: BEBEDOURO STILLE MASTER BEGEL BRANCO - 220 V. - SERIE: 028220	0563 - 11000000 - DIRETORIA GERAL - DG00000005 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, 5º ANDAR - 0563
63	00039382	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - DESCRICAO: BEBEDOURO STILLE MASTER BEGEL BRANCO - 220 V. - SERIE: 028222	0564 - 10000200 - ASSESSORIA DA PRESIDÊNCIA - ASSPRE00000005 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, 5º ANDAR - 0564
64	00040288	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - DESCRICAO: CAPACIDADE DE 20 LITROS. MARCA ESMALTEC. MODELO EGC35. - SERIE: 20092506281630	0633 - 13301000 - SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE - SEAPT00000011 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, 4º ANDAR - SEAPT
65	00040289	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - DESCRICAO: CAPACIDADE DE 20 LITROS. MARCA ESMALTEC. MODELO EGC35. - SERIE: 20092506281292	0444 - 13301010 - SERVIÇO DE EXPEDIÇÃO - EXP100000153 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, TÉRREO, EXPEDIÇÃO - 0444
66	00040290	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - DESCRICAO: CAPACIDADE DE 20 LITROS. MARCA ESMALTEC. MODELO EGC35. - SERIE: 20092506281576	0422 - 11100000 - COORDENADORIA DE AUDITORIA INTERNA - COAUDI00000010 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, 3º ANDAR - 0422
67	00040301	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - DESCRICAO: CAPACIDADE DE 20 LITROS. MARCA ESMALTEC. MODELO EGC35. - SERIE: 20092506281540	0455 - 13202000 - SEÇÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO - SEALP100000118 - EDIFÍCIO ANEXO - TÉRREO, ALMOXARIFADO - ALMOX CHEFIA

68	00040304	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - DESCRICAO: CAPACIDADE DE 20 LITROS. MARCA ESMALTEC. MODELO EGC35. - SERIE: 20092506281628	0428 - 12030000 - SEÇÃO DE CONTROLE, AUTUAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS - SECADP00000009 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, 2º ANDAR - 0428
69	00040307	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - DESCRICAO: CAPACIDADE DE 20 LITROS. MARCA ESMALTEC. MODELO EGC35. - SERIE: 20102906302362	0467 - 12400000 - COORDENADORIA DE SESSÕES E APOIO AO PLENO - COSAP00000009 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, 2º ANDAR - 0467
70	00040308	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - DESCRICAO: CAPACIDADE DE 20 LITROS. MARCA ESMALTEC. MODELO EGC35. - SERIE: 20073106242264	0455 - 13202000 - SEÇÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO - SEALP100000118 - EDIFÍCIO ANEXO - TÉRREO, ALMOXARIFADO - ALMOX CHEFIA
71	00040309	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - DESCRICAO: CAPACIDADE DE 20 LITROS. MARCA ESMALTEC. MODELO EGC35. - SERIE: 20102906302591	000681 - 13301000 - SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE - SEAPT100000166 - EDIFÍCIO ANEXO - ED. ANEXO, NO CORREDOR DO 1º ANDAR, GAB DOS JUÍZES MEMBROS DA CORTE - SEAPT 1º ANDAR
72	00043437	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - DESCRICAO: VOLTAGEM: 220. MARCA MODELO: KARINA/K20.	0455 - 13202000 - SEÇÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO - SEALP100000118 - EDIFÍCIO ANEXO - TÉRREO, ALMOXARIFADO - ALMOX CHEFIA
73	00043447	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - DESCRICAO: VOLTAGEM: 220. MARCA MODELO: KARINA/K20.	0455 - 13202000 - SEÇÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO - SEALP100000118 - EDIFÍCIO ANEXO - TÉRREO, ALMOXARIFADO - ALMOX CHEFIA
74	00043465	BEBEDOURO DE AGUA TIPO GARRAFAO DE COLUNA - DESCRICAO: VOLTAGEM: 220. MARCA MODELO: KARINA/K20.	0565 - 10000000 - PRESIDÊNCIA - PRESI00000005 - EDIFÍCIO ANEXO - ANEXO, 5º ANDAR - 0565

ANEXO II - F			
RELAÇÃO DE CORTINAS DE AR			
Item	Patrimônio	Descrição	Localização
1		CORTINA DE AR DE 90cm	000682 - 13301000 - SEÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO PREDIAL E TRANSPORTE - SEAPT100000167 - EDIFÍCIO SEDE - SALA MANU PREDIAL - TÉRREO - AO LADO DO ALM PAW - SMP
2		CORTINA DE AR DE 90cm	0148 - 13202000 - SEÇÃO DE ALMOXARIFADO E PATRIMÔNIO - SEALP01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - ANTIGO 01º ANDAR
3		CORTINA DE AR DE 90cm	0474 - 13300100 - SEÇÃO DE COMUNICAÇÕES - SECOM01010300 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 1º ANDAR - 0474
4		CORTINA DE AR DE 90cm	0454 - 15000000 - SECRETARIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - STI00101507 - EDIFÍCIO SEDE - SEDE, 3º ANDAR - 0454

ANEXO II DO EDITAL

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

UASG: 070006 – TRE-PI

PREGÃO ELETRÔNICO nº 90011/2024

Nome da empresa: _____ CNPJ n.º _____

Endereço: _____ Cidade: _____ UF: _____ CEP: _____

Telefone: _____ Fax: _____ E-mail: _____

Conta corrente n.º _____ Banco: _____ Agência: _____

ITEM	DESCRIÇÃO	QUANT	PREÇO (R\$)	
			PREÇO PARA 12 MESES	PREÇO PARA 60 MESES
1	Serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças, de aparelhos condicionadores de ar, cortina de ar e bebedouros de água instalados no Edifício Sede do TRE-PI	1		
TOTAL				

*** Deverão ser encaminhadas todas as planilhas constantes do arquivo Manutenção_Climatizadores_Bededouros_2024.xls (disponibilizado com este Edital).**

Importa a presente proposta no valor total de R\$ _____ (_____).

- Prazo de validade da proposta: **90 (noventa) dias**
- Prazo de entrega: Conforme especificações do Termo de Referência.
- Declaramos que todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, estão inclusas na proposta.

Cidade - UF, ____ de _____ de 2024.

Assinatura do representante legal

ANEXO III DO EDITAL

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO TRE-PI nº ____/2024

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS
DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS QUE
ENTRE SI CELEBRAM O TRE-PI E A
EMPRESA _____.**

A União, por intermédio do TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ, com sede à Praça Des. Edgar Nogueira, S/N, - Centro Cívico, bairro Cabral, na cidade de Teresina – PI, CEP 64000-920, inscrito no CNPJ sob o nº 05.957.363/0001-33, neste ato representado pelo seu Presidente, Des. ERIVAN JOSÉ DA SILVA LOPES, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, sediada na/à, _____, em (cidade/UF), doravante designado CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr(a) _____, conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo Eletrônico SEI nº 0013039-13.2023.6.18.8000 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente contrato, decorrente do Pregão Eletrônico nº 90011/2024, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

0.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva com fornecimentos de peças, de aparelhos condicionadores de ar, cortina de ar e bebedouros de água instalados no Edifício Sede do TRE-PI, assim como a elaboração, implantação, execução e acompanhamento do PMOC – Plano de Manutenção, Operação e Controle, nas condições estabelecidas no Termo de Referência nº 22/2024 (Anexo I do Edital).

0.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	QUANT	PREÇO 12 MESES	PREÇO 60 MESES
1				

0.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

0.3.1. Termo de Referência nº 22/2024 e seus anexos;

0.3.2. Edital da licitação;

0.3.3. Proposta de Preços da CONTRATADA;

0.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

0.4. O regime de execução é o de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da presente contratação é de 5 (cinco) anos contados da data prevista na Ordem de Serviços expedida pela COAAD – Coordenadoria de Apoio Administrativo, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021;

2.2. Este pacto poderá ser prorrogado por até 10 (dez) anos consoante disposto nos art. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

3.5. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não será permitida a subcontratação parcial do objeto.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1. O preço total da contratação será de R\$ _____. (_____).

5.2. No preço acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.3. O preço total é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

6.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no item 7 do Termo de Referência.

6.2. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

CLÁUSULA SÉTIMA – REAJUSTE

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data da proposta de preços da CONTRATADA, podendo ser reajustado obedecendo ao disposto no item 13 do Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E DA CONTRATADA

8.1. CONTRATANTE e CONTRATADA obrigam-se a cumprir as determinações dos itens 10 e 11 do Termo de Referência.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

9.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da

proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

9.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

9.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

9.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pela CONTRATADA.

9.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

9.6. É dever da CONTRATADA orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

9.7. A CONTRATADA deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.

9.8. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo a CONTRATADA atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

9.9. A CONTRATADA deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

9.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

9.11. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

9.12. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

9.13. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

10.1. Para segurança do cumprimento das obrigações, esta contratação conta com garantia de execução, em uma das modalidades previstas no o art. 96 da Lei nº 14.133/2021, em valor correspondente a 5% (cinco por cento) do valor bianual da contratação.

10.2. Deverá ser observado o disposto no item 4 do Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que incorrer em quaisquer das hipóteses elencadas no item 14 do Termo de Referência.

11.2. A aplicação das sanções previstas neste contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE.

11.3. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

11.3.1. Antes da aplicação da multa será garantido o contraditório e ampla defesa da CONTRATADA no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

11.3.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

11.3.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.4. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no *caput* e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o CONTRATANTE;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

11.6. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159), não afastada a possibilidade de sua responsabilização na esfera judicial.

11.7. A personalidade jurídica da CONTRATADA poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com a CONTRATADA, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

11.8. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às

sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

11.9. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.10. Os débitos da CONTRATADA para com o TRE-PI, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

12.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotar as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.4. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, ainda, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.4.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei;

12.4.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato;

12.4.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

12.5. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido de:

- 12.5.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.5.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.5.3. Indenizações e multas.

12.6. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

12.7. O contrato poderá ser extinto caso se constate que a CONTRATADA mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente da CONTRATANTE ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

PROGRAMAS DE TRABALHO	02.122.0033.20GP.0022 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa
ELEMENTO DE DESPESA	3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; e 3.3.90.30 – Material de Consumo

13.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes, caso necessária, será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

14.1. A CONTRATADA tem obrigação de manter, durante toda a vigência contratual, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

15.1. O presente instrumento não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte inclusive nos casos de cisão, incorporação ou fusão, no todo ou em parte, sem expressa anuência da CONTRATANTE

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DOS CASOS OMISSOS

16.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES

17.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

17.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

17.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO

18.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na internet, em atenção ao art. 91, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, § 3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA– FORO

19.1. Fica eleito o Foro da Seção Judiciária da Justiça Federal desta Capital para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/21 excluído qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E por estar acordado, depois de lido foi o presente contrato lavrado e assinado no Sistema Eletrônico de Informações do TRE-PI pelas partes:

Teresina (PI), ____ de _____ de 2024.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PIAUÍ
Des. ERIVAN JOSÉ DA SILVA LOPES
PRESIDENTE

EMPRESA
Representante Legal

- Anexo I –Edital e Termo de Referência nº 22/2024 e seus anexos;
- Anexo II – Proposta de preços da CONTRATADA;
- Anexo III – Declaração de Concordância e Veracidade.

DECLARAÇÃO DE CONCORDÂNCIA E VERACIDADE

NOME COMPLETO DO USUÁRIO:	
IDENTIDADE:	CPF:
E-MAIL DO USUÁRIO:	
LOGRADOURO:	
COMPLEMENTO:	BAIRRO:
CIDADE:	ESTADO:
TELEFONE:	CEP:

Por meio deste documento e do cadastro como Usuário Externo no SEI do TRE-PI, declaro que aceito todos os termos e condições que disciplinam o processo eletrônico, com fundamento na legislação pertinente e especialmente no Decreto Nº 8.539, de 08/10/15, admitindo como válida a assinatura eletrônica na modalidade cadastrada (login e senha), tendo como consequência a responsabilidade pelo uso indevido das ações efetuadas, as quais serão passíveis de apuração de responsabilidade civil, penal e administrativa.

Declaro, ainda, que o endereço informado referente ao meu domicílio é verdadeiro e que são de minha exclusiva responsabilidade:

- I - o sigilo da senha de acesso, não sendo oponente, alegação de uso indevido;
- II - a observância de que os atos processuais em meio eletrônico se consideram realizados no dia e na hora do recebimento pelo SEI, considerando-se tempestivos os atos praticados até as 23 horas e 59 minutos e 59 segundos do último dia do prazo, considerado sempre o horário oficial de Brasília, independente do fuso horário em que se encontre o usuário externo;
- III - as condições da rede de comunicação, do acesso ao provedor de internet e a configuração do computador a ser utilizado nas transmissões eletrônicas;
- IV - a observância dos períodos de manutenção programada, ou qualquer outro tipo de indisponibilidade do sistema.

Por fim, nos termos da Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais) e da Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação), declaro ciência do tratamento dos meus dados pessoais pelo TRE-PI, inclusive para sua publicação nos portais de Transparência do Órgão.

Para que o seu acesso seja liberado e o cadastro aprovado o usuário deve enviar os seguintes documentos ao endereço eletrônico cs@tre-pi.jus.br:

- a) cópias de RG e CPF ou de outro documento de identidade válido no qual constem estes dados;
- b) este formulário preenchido e assinado.

_____, ____ de _____ de 2024.

Usuário Externo